



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
CURSO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS

GLÍCIA BARBOSA LOPES

**“A MORTE MANCHA AS ÁGUAS DO VELHO CHICO”: *PODCAST* SOBRE O
DESPEJO DE VINHOTO NO RIO SÃO FRANCISCO EM 1984**

JUAZEIRO - BA
JANEIRO, 2025

GLÍCIA BARBOSA LOPES

**“A morte mancha as águas do Velho Chico”: *podcast* sobre o despejo de vinhoto no rio
São Francisco em 1984**

Memorial analítico descritivo, apresentado como requisito parcial de avaliação, para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo em Múltiplos Meios, pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Orientação: Prof. Dr. Geilson Fernandes de Oliveira.

JUAZEIRO - BA
JANEIRO, 2025

GLÍCIA BARBOSA LOPES


“A morte mancha as águas do Velho Chico”: *podcast* sobre o despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984

Memorial analítico descritivo, apresentado como requisito parcial de avaliação, para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo em Multimeios, pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.


Orientação: Prof. Dr. Geilson Fernandes de Oliveira.

Data de aprovação: 10/01/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GEILSON FERNANDES DE OLIVEIRA**
Data: 26/02/2025 17:37:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Geilson Fernandes de Oliveira (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus III, Juazeiro - BA)

Documento assinado digitalmente
 **FABIO RONALDO DA SILVA**
Data: 26/02/2025 18:35:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Ronaldo da Silva (Examinador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus III, Juazeiro - BA)

Documento assinado digitalmente
 **JOSEMAR DA SILVA MARTINS**
Data: 07/03/2025 12:19:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Josemar da Silva Martins (Examinador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus III, Juazeiro - BA)

JUAZEIRO – BA
JANEIRO, 2025

*“Nós, caminhando pelos penhascos,
atingimos o equilíbrio das planícies.
Nós, nadando contra as marés,
atingimos a força dos mares.
Nós, edificando nos lamaçais,
atingimos a firmeza dos lajeiros.
Nós, habitando nos rincões,
atingimos a proximidade da redondeza.
Nós somos o começo, o meio e o começo.
Existiremos sempre
sorrindo nas tristezas
para festejar a vinda das alegrias.
Nossas trajetórias nos movem,
Nossa ancestralidade nos guia.”*

- Antônio Bispo dos Santos, “Nêgo Bispo”

Às minhas avós que não puderam ser alfabetizadas,
em especial, à minha avó Raimunda, que, pelo
ofício de lavadeira, formou seus sete filhos.
Ao meu amigo Pedro Miranda (*in memoriam*), pelo
seu apoio incondicional e inspiração.
Aos meus irmãos Emerson, Vinícius e Cailane pelos
sonhos compartilhados.

AGRADECIMENTOS

Este talvez seja o capítulo mais difícil de escrever neste trabalho. Costumo dizer que só sabe pelo que agradecer aquele a quem muito falta e, no meu caso, sobraram ausências. No entanto, preenchi esses espaços com toda a minha gratidão, que aqui se faz imensurável.

Agradeço ao Universo por me permitir caminhar e me desenvolver, mesmo diante de tantas barreiras. Por ter me dado forças para não desistir e por me permitir viver tantas alegrias durante o percurso.

Agradeço por ter moldado esta criatura a quem devo gratidão eterna e que vos fala. Sou grata pela ousadia, coragem, sagacidade, resiliência, amor e vontade de viver. Por nunca abandonar a criança que um dia sonhou com este momento. Pela criatividade, pelo olhar empático e pela sensibilidade, que sempre foram companheiras no caminho.

À minha mãe, Marina, por toda a coragem e resistência em criar a mim e aos meus irmãos como sonhadores, alegres e dançantes. Por dividir o corpo, entregar a vida e pelos saberes que me fizeram apta a chegar até aqui – muitos dos quais mencionei acima. Agradeço especialmente por ter me impelido a ser forte, independente e esperta; uma sobrevivente.

A Emerson, Vinícius e Cailane: não existiria sem vocês. Desde a testa e a boca grandes até a garra, inteligência e força, temos a mesma essência. Vinícius acreditou mais em mim do que eu mesma. Emerson foi abrigo. Cailane me deu coragem. Agradeço a vocês pelo suporte, confiança, carinho, amor incondicional, companheirismo, pela infância peculiar e por dividirem os sonhos. Nossos laços foram meu norte e nunca me deixaram esquecer da vida que merecemos e da luta obstinada por ela.

Aqui me ponho na difícil e injusta missão de agradecer num pequeno texto pela existência de Pedro Henrique Miranda Santos, meu melhor amigo da faculdade, que antes de mais nada me enxergou como gente, como alguém digna de viver e de buscar a vida que merece. Pedro me deu apoio incondicional, e toda a minha graduação foi marcada por sua presença, que me inspirou como profissional, mas também como ser humano. Sua gentileza em dividir sua família e seu lar comigo quando não tive onde morar foi um presente. Quero cuidar de mim com o mesmo olhar que você teve comigo.

Um agradecimento especial às minhas irmãs de graduação, Katellyn Tavares e Nara Victória, partes indispensáveis de um quarteto especial. Minhas amigas, que delícia dividir essa trajetória com vocês! Embora muito humilhante, não é mesmo? Sou grata por ter tido ao lado mulheres inspiradoras e jornalistas competentes como vocês.

E por falar em mulheres inspiradoras, menciono a grande Maria Clara, que tive a sorte de encontrar no final da graduação. Toda a gratidão pelo suporte, pelo colo sensível e pelas risadas intermináveis. Você é demais.

Como uma bela sortuda que sou, fui agraciada com a chegada de Ana Clara da Silva, essa musa inspiradora, uma mulher admirável, que encheu meus últimos instantes na Uneb com paixão, vitalidade, força, inspiração e muito, mas muito companheirismo. Sou feliz por ter vivido ao seu lado uma das fases mais importantes e difíceis de nossas vidas, acompanhadas de paciência, graça e carinho. Obrigada pelo abrigo doce e parceria forte.

Às minhas manas: Tainá, por ser minha irmã de vida, por compartilhar comigo tantas dores e alegrias e por ser um porto seguro em momentos bons e ruins. Lizayne, por me entender nas loucuras, por acolher minhas ideias mais improváveis e por tornar cada dia mais leve e engraçada com sua autenticidade. Natália, pelas conversas inspiradoras, pelos diálogos que sempre me fizeram refletir e crescer, e por trazer tanta luz e sabedoria ao meu caminho.

À minha psicóloga e pessoa que admiro profundamente, Jonalva. Salvou minha vida inúmeras vezes não apenas porque era seu ofício, mas porque acreditou em mim fortemente e viu propósito nisso. Sua escuta, acolhimento e dedicação foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Minha eterna gratidão por me ajudar a reconstruir minhas forças, me lembrar quem sou e do que sou capaz.

Aos meus avós, especialmente à vó Raimunda, por lutar pelos estudos dos filhos, e à vó Aurení, por lutar pela sobrevivência de meu pai e meus tios com muito trabalho. Aos meus avôs João e Pedro, por sua presença, carinho e ensinamentos.

Aos meus tios, tias e primas, com um agradecimento especial a Lianne e Nájila, que sempre acreditaram muito em mim e demonstraram amor e admiração. A Anthonella e Antony, crianças que me encheram de esperança. Obrigada ao meu tio Antônio por nunca deixar de demonstrar seu carinho por mim e por todo o apoio que me foi dado. À minha família e amigos de Pilão Arcado, onde cresci, minha eterna gratidão.

Sou grata a todas as pessoas do Departamento de Ciências Humanas do Campus III da minha amada Uneb, a Universidade do Estado da Bahia, que fazem essa instituição funcionar. Obrigada por dedicarem suas vidas para que o conhecimento encontre caminhos para florescer.

Faço um agradecimento especial ao orientador desta pesquisa, Geilson Fernandes de Oliveira, pela sensibilidade com a qual conduziu o trabalho, bem como pelo comprometimento, empenho, paciência e cuidado dedicados a esta investigação. Por ter as

palavras certas nos momentos certos e por ser companheiro e acolhedor. Que sorte têm os alunos em tê-lo como docente.

Agradeço às professoras Andréa Cristina Santos, Carla Paiva, Dalila Santos, Teresa Leonel, Márcia Guena e Céres Santos pela dedicação ao curso. Agradeço a Klébia Muricy, João Paulo Bispo, Letícia Duarte e Itamar Nascimento por todo aprendizado. Minha gratidão a Cirilo e Lucílio por serem os guardiões desta casa. Um agradecimento especial ao professor que tive a sorte de me tornar amiga, Josemar Pinzoh, cuja presença foi essencial na minha graduação. Obrigada pelas conversas que sempre acendem uma luzinha interna do saber.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às políticas públicas de permanência estudantil. Sem elas, eu não teria conseguido chegar até aqui. Como mulher negra e de baixa renda, sei que tantos sonhos nos são negados, e concluir a graduação só foi possível graças a essas políticas. A permanência na universidade foi uma conquista, e eu jamais esquecerei que minha trajetória também é fruto da luta por uma educação pública, acessível e de qualidade. Estou no lado bom das estatísticas e sou grata por isso.

A todos e todas que fizeram parte deste caminho, minha imensa gratidão.

RESUMO

Este estudo propõe uma investigação aprofundada sobre o crime ambiental ocorrido em 1984, que envolveu o despejo de vinhoto (ou vinhaça, como também é chamado) no Rio São Francisco, um dos rios mais importantes e extensos do Brasil. O vinhoto, um resíduo altamente poluente resultante da produção de álcool de cana-de-açúcar, foi descarregado de forma clandestina em Itamotinga, distrito industrial de Juazeiro, cidade do extremo norte baiano, causando danos irreparáveis ao ecossistema. A partir disso, o objetivo deste estudo foi a produção de um *podcast* em série sobre o incidente, explorando os impactos ambientais, econômicos e sociais resultantes do despejo, bem como as implicações legais e as ações tomadas para responsabilizar os envolvidos. A partir de uma pesquisa exploratória e documental, bem como por meio da realização de entrevistas como técnica de coleta de dados, foi realizada uma investigação jornalística e apresentadas narrativas a partir das memórias das pessoas afetadas, articuladas com a análise de documentos, tais como relatórios, o que possibilitou a construção de uma reflexão sobre o acontecimento. Com efeito, este trabalho, em formato *podcast*, busca problematizar acerca de um crime grave pouco conhecido. Assim, espera-se que este estudo ofereça uma visão aprofundada sobre o caso do despejo de vinhoto no Rio São Francisco em 1984 e seus impactos subsequentes. Além disso, o conhecimento gerado poderá ser utilizado para aprimorar a legislação ambiental, fortalecer as medidas de fiscalização e de punição para esses crimes, bem como fomentar discussões e debates sobre o tema.

Palavras-chave: Rio São Francisco; Crime ambiental; Jornalismo investigativo; *Podcast*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 JUSTIFICATIVA.....	16
3 OBJETIVOS.....	19
3.1 Objetivo geral.....	19
3.2 Objetivos específicos.....	19
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
4.1 O despejo de vinhoto no rio São Francisco.....	20
4.2 O desenvolvimentismo no Semiárido Brasileiro.....	26
4.3 Ideias para adiar o fim do mundo e nossa relação com o meio ambiente.....	29
4.4 Crime ambiental.....	33
4.4 Jornalismo Investigativo.....	35
4.5 Jornalismo ambiental.....	37
4.6 Escolha do Suporte: <i>Podcast</i> , mídia emergente.....	40
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
5.1 A pesquisa qualitativa.....	42
5.2 Busca por fontes e realização das entrevistas.....	44
5.3 Decupagem e elaboração dos roteiros.....	50
5.4 Gravação e edição.....	51
5.5 Divulgação.....	53
5.6 Descrição e análise dos episódios.....	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
7 REFERÊNCIAS.....	59
8 APÊNDICES.....	64
8.1 Roteiros do podcast.....	64
EP #01 - o despejo tóxico no rio.....	64
EP #02 - a luta.....	71
EP #03 - os desdobramentos.....	78
8.2 Roteiros das entrevistas.....	85
8.3 Link do <i>podcast</i>	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Morrem 500 toneladas de peixes no São Francisco	22
Figura 2. A morte mancha as águas do Velho Chico	24
Figura 3. Foi o maior desastre ecológico de toda a história do São Francisco	25
Figura 4. Justiça comum inocenta Agrovale do desastre ecológico do São Francisco	49

1 INTRODUÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve a sua origem em um subprojeto de Iniciação Científica, denominado “Afetamentos dos campos da comunicação e da educação pelo episódio do desastre de derramamento de vinhoto no Rio São Francisco”, vinculado ao projeto principal “Lições de sinistro: o afetamento da educação e da comunicação pelos eventos locais de grande morbidade”, no período de 2020 a 2022. O subprojeto, coordenado pelo Prof. Dr. Josemar da Silva Martins (Pinzoh), teve como objetivo estudar, no âmbito do Território Sertão do São Francisco, a correlação entre o episódio do desastre e os desdobramentos nos campos educacional e comunicacional.

Para este estudo, a partir de uma investigação que se dá como desdobramento dessa pesquisa inicial, buscamos trazer à tona um evento que teve consequências violentas para as comunidades ribeirinhas e para o ecossistema do rio São Francisco, o caso do despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984.

Em março de 1984¹, uma quantidade significativa de vinhoto (ou vinhaça), resíduo tóxico gerado da produção de álcool a partir da cana-de-açúcar, foi despejada no riacho Tourão, afluente do rio São Francisco, localizado no distrito industrial de Juazeiro, na Bahia. A cidade do norte baiano fica a mais de 500 km de Salvador, capital da Bahia, e é um dos 10 municípios que integram a região do Território Sertão do São Francisco.

Após o despejo de vinhoto, a forte chuva que se seguiu espalhou o produto tóxico por cerca de 700 quilômetros do rio, afetando cidades nos estados da Bahia, Pernambuco e até Alagoas, que ficaram sem abastecimento de água por dias. Nos dias seguintes à tragédia, marcada pela escassez de água e pela paralisação do trabalho dependente do rio - tão importantes para a subsistência das comunidades ribeirinhas -, imagens devastadoras ficaram gravadas na memória de algumas pessoas da região: toneladas de peixes mortos descendo flutuando nas águas do “Grande Rio”. O evento chegou a ser considerado a maior catástrofe da história do São Francisco, conforme reportagens da época (Jornal da Bahia, edição de 20 de março de 1984, p. 7).

Diante da dimensão dos prejuízos resultantes dessa tragédia e a partir de pressões populares, o caso teve ampla repercussão, tendo sido divulgado em periódicos de alcance nacional. Além disso, o acontecimento chegou a ser investigado pela Comissão de Proteção

¹ Não há informações exatas sobre o dia do acontecimento dentre os materiais acessados.

ao Meio Ambiente, formada por parlamentares da Assembleia Legislativa da Bahia, a fim de encontrar um responsável e encaminhá-lo à punição.

A partir de registros jornalísticos da época e outros documentos disponíveis nos arquivos locais, como o acervo Professora Maria Franca Pires, o acervo Dom José Rodrigues e o acervo do Movimento de Defesa do São Francisco, foi possível perceber que o ocorrido se constituiu como um crime ambiental, provocando um grande dano à região. Surpreendentemente, este grave incidente foi minimizado, e, ao invés de ser devidamente punido, acabou arquivado (Rabelo, 2019).

A pesquisa conduzida neste trabalho se fundamentou principalmente em uma investigação exploratória de caráter qualitativo, que incluiu uma análise documental de acervos locais, revelando detalhes do acontecimento - aqui tomado como objeto de estudo. A partir dessa etapa inicial, realizamos entrevistas orais para viabilizar narrativas que não estavam presentes nos materiais previamente acessados. O objetivo foi aprofundar o entendimento de uma parte do caso que foi sufocada pelo tempo e dar eco às vozes das pessoas que viveram essa tragédia. Como resultado dessa investigação, nos propomos a produzir um *podcast* em série a fim de relatar, registrar e rememorar um acontecimento tão marcante.

Ao longo desta investigação, buscamos estabelecer o contexto histórico, político e cultural do caso estudado, não o tratando como um evento isolado, mas como parte de um padrão sistemático de desastres ambientais. Recentemente, por exemplo, a região de Juazeiro foi mais uma vez surpreendida com uma mortandade de peixes, com características semelhantes ao caso de 1984. Em 5 de novembro de 2023, após fortes chuvas na região, centenas de peixes mortos foram encontrados às margens do rio São Francisco. Investigação realizada pela 48ª Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), em Itamotinga, ponto de partida da possível contaminação, indicou que, assim como em 1984, a morte dos peixes foi causada pela falta de oxigenação da água, descartando a hipótese de causas naturais. Até hoje, nenhum responsável foi identificado e punido, nem pelos eventos de 1984, nem pelo ocorrido em 2023. Nesse sentido, fica mais evidente a necessidade de investigação e penalização em casos dessa natureza, já que decorre da atividade humana e configura um significativo prejuízo ao meio ambiente com o extermínio de animais do rio.

Este trabalho, proposto, como mencionado, a partir de um projeto de Iniciação Científica, se expandiu para atender à necessidade de compreender melhor o contexto e as implicações da tragédia ambiental de 1984. Além de relatar o evento, a pesquisa se propõe a analisar o impacto social dessa tragédia ambiental, considerando que o caso envolveu uma

falha na aplicação da legislação ambiental da época e a ausência de punições efetivas. Ao investigar o episódio, buscou-se compreender não apenas as consequências imediatas para as comunidades ribeirinhas e o ecossistema do rio São Francisco, mas também como a negligência e a ausência de uma resposta eficaz do Estado acabaram por moldar os padrões de impunidade e descaso com o meio ambiente. Pensar isso é importante, especialmente considerando os eventos mais recentes de degradação do meio ambiente, com novos casos de mortandade de peixes, que demonstram a repetição de padrões de destruição ambiental sem a devida responsabilização. O trabalho, portanto, não só apresenta como ocorreu essa tragédia, mas também questiona as falhas estruturais que perpetuam danos irreparáveis à natureza e às populações locais, contribuindo para o debate sobre a necessidade de um sistema mais eficaz de justiça ambiental.

Assim, o trabalho não se limita, ainda, em expor os detalhes e as consequências do despejo de vinhoto no rio São Francisco. Ele busca também provocar uma reflexão mais profunda sobre os desafios da conservação ambiental, sobre o território do Sertão do São Francisco e sobre os direitos das comunidades ribeirinhas. Com efeito, um dos principais questionamentos que permeiam esta pesquisa é: Quais fatores contribuíram para o episódio do despejo do vinhoto no rio São Francisco e quais os desdobramentos desse crime ambiental, ocorrido em 1984?

Por fim, este TCC propõe ao público uma reflexão fundamentada nas pesquisas realizadas e nas produções jornalísticas, com o objetivo de ampliar a conscientização sobre os impactos ambientais decorrentes da atividade humana, bem como nossa relação com o meio ambiente. A investigação, que resulta na produção de um *podcast* será, ainda, disponibilizada em plataformas digitais, como *YouTube*, *Spotify* e *Deezer*, reconhecendo a importância desses canais para o consumo de informações pela sociedade contemporânea.

2 JUSTIFICATIVA

O Sertão do São Francisco é a terra que me viu crescer, onde vivenciei a beleza e a generosidade do rio que atravessa nosso território. No entanto, também presenciei de perto as consequências desastrosas da implementação descuidada de grandes empreendimentos no Território do Sertão do São Francisco, a partir dos impactos da expulsão de minha mãe, meus tios e meus avós da comunidade hoje intitulada “Pilão Arcado Velha”, cidade submersa pela construção da barragem de Sobradinho, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), que mudou para sempre a vida das comunidades ribeirinhas afetadas, bem como a minha própria existência. Caracterizado como um destes “frutos do desenvolvimento”, o despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984, objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso, também deixou cicatrizes inapagáveis em nossa terra, nossa água e nosso povo. Assim, compreendeu-se que é essencial que essa história seja contada e investigada com o devido rigor jornalístico e sensibilidade humana.

Apesar do debate acerca do futuro do meio ambiente ter tomado mais espaço na mídia tradicional, é possível observar uma lacuna no que diz respeito à abordagem de assuntos relacionados ao Semiárido, sobretudo à Caatinga, bioma criticamente ameaçado de desertificação (MapBiomias, 2023). Por estar inserida neste território e gozar de uma formação em Comunicação Social, bem como sentir a falta de representatividade na mídia e um silenciamento arquitetado com relação ao território do Semiárido Brasileiro, é que se faz presente o desejo pessoal de devolver à terra em que me formei algo que se aproxime da justiça social merecida a este espaço.

No campo do jornalismo, este trabalho poderá se tornar uma ferramenta poderosa para a denúncia e a conscientização sobre crimes ambientais, sobretudo sobre a exploração socioambiental do Sertão do São Francisco. Há anos, a região vem sendo o solo que é fonte de vida para que grandes empreendimentos se desenvolvam e disseminem a ideia de progresso, acompanhada da ideia de salvação dessa região considerada seca e escassa pelo senso comum. É dever, como função social, primazia da profissão, que jornalistas levantem questões que muitas vezes são negligenciadas ou relegadas. Ao trazer à tona o despejo de vinhoto no rio São Francisco de 1984, contempla-se a oportunidade de evidenciar os impactos ambientais e sociais de um crime que, infelizmente, representa apenas uma parcela de uma realidade mais ampla de agressões ao meio ambiente.

Ao investigar esse crime e suas consequências, buscamos conscientizar não apenas a sociedade em geral, mas também outros profissionais da área de jornalismo sobre a

importância de abordar temas relacionados à conservação do meio ambiente e, sobretudo, a lançar um olhar cuidadoso e criterioso para a cobertura sobre as injustiças socioambientais volvidas à região do Semiárido Brasileiro. Através do rigor na apuração de fatos, da contextualização precisa e da narrativa responsável, é possível catalisar ações e debates em prol da preservação dos ecossistemas e do bem-estar das vidas afetadas.

A respeito da compreensão da população sobre problemáticas que envolvem o meio ambiente, como o tema das mudanças climáticas, mais especificamente no campo do jornalismo ambiental, foi identificado pela pesquisa “Jornalismo e engajamento climático”, do Instituto Modifica (2022), que 81% dos brasileiros compreendem que o assunto do aquecimento global é muito importante, embora apenas 21% declaram saber de fato sobre o tema, evidenciando a falha da cobertura a respeito do tema ambiental, bem como da disposição de informações à população sobre este ponto. Nesse contexto, “o jornalismo desempenha um importante papel na amplificação da discussão, definição de sentidos, apresentação de argumentos, valores e visões de mundo a respeito das mudanças climáticas” (Modifica, 2022, p. 9), o que, por consequência, se estende à preservação do meio ambiente.

Ao buscar visibilizar as vozes das comunidades ribeirinhas afetadas pelo despejo de vinhoto, intentamos promover a justiça social e a participação ativa desses grupos na discussão sobre a conservação do meio ambiente. Suas experiências, lutas e reivindicações merecem ser ouvidas e compartilhadas, a fim de que suas vozes sejam consideradas nas tomadas de decisão e na implementação de políticas públicas que visem à proteção dos rios, da biodiversidade e do bem-estar da população.

Outro ponto que se ensejou com o desenvolvimento deste trabalho foi fomentar a discussão sobre a Convivência com o Semiárido, já que o acontecimento problematizado é carregado de especificidades da região, o que será melhor detalhada no decorrer do estudo. A partir desta reflexão, tenciona-se uma contribuição para a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, dispositivo de profunda importância para o Departamento de Ciências Humanas do Campus III da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), trabalhado de forma pioneira. É por meio da Educação Contextualizada que se busca, junto às escolas, integrar o conhecimento geral com conhecimento dos alunos, valorizando suas vivências, a fim de proporcionar bases para a convivência com o semiárido e a permanência no campo, fortalecendo tanto as potencialidades individuais quanto as da comunidade. (Paiva, Souza, 2019, p. 2)

Considerando que o Semiárido Brasileiro é uma região delimitada geograficamente por condições climáticas de aridez dominante e de precipitação pluviométrica específica, este

território é cheio de particularidades também no que tange aos modos de vida e outras subjetividades. Portanto, a Educação Contextualizada se faz importante, sobretudo, no que diz respeito às representações negativas reproduzidas sobre este espaço. Souza (2022, p. 32) aponta que a Uneb *Campus* Juazeiro acompanhou os primeiros movimentos que discutem a Educação Contextualizada no Semiárido no Brasil, iniciados no começo da década de 1990. Algumas ações de destaque foram o seminário “Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro”, realizado em Juazeiro, Bahia, no início dos anos 2000, em parceria com o Instituto Regional para a Pequena Agropecuária Apropriada (Irapaa) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); e a “Conferência Nacional de Educação para a Convivência com o Semiárido” (Conesa), ocorrida em 2006. Como efeito desses movimentos, foram produzidos novos conhecimentos e reflexões a fim de articular a educação e o contexto das comunidades semiáridenses. Foi durante as discussões propostas por essa mobilização que avançou o debate para a problematização dos sentidos pejorativos atribuídos ao Semiárido Brasileiro (Souza, 2022, p. 31-32).

Além disso, esta pesquisa se justifica pelo compromisso com a verdade, a ética jornalística e a defesa dos direitos humanos e ambientais. Este trabalho busca ser um instrumento para promover mudanças positivas e reafirmar o papel fundamental do jornalismo na busca pela justiça ambiental e na defesa dos direitos das comunidades tradicionais.

Com a escolha do formato *podcast* para a apresentação dos relatos, pretendeu-se explorar as possibilidades de compreensão sobre o assunto por meio do áudio, considerando que este possui um grande potencial informativo para a construção de sentidos sobre o acontecimento. Um outro ponto forte que caracteriza o formato *podcast* como um suporte relevante para esta pesquisa é sua capacidade de aprofundamento e exploração estética, com a utilização de recursos sonoros que levam o ouvinte a um espaço que torne sua relação com o objeto de estudo mais estreita, permitindo maior identificação e compreensão sobre o fato, o que poderá facilitar a reflexão, para, então, alcançar a transformação ensejada.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Apresentar, por meio da produção de um *podcast* em série, os fatores que levaram ao episódio do despejo do vinhoto no rio São Francisco em 1984 e as consequências socioambientais causadas pelo acontecimento.

3.2 Objetivos específicos

- Investigar o contexto e as circunstâncias que levaram ao despejo de vinhoto no Rio São Francisco em 1984, bem como sua relação com o presente;
- Realizar entrevistas com moradores locais e pessoas afetadas pelo crime ambiental, a fim de obter informações de primeira mão sobre os impactos vivenciados;
- Apresentar as narrativas presentes nos registros históricos sobre o episódio do derramamento de vinhoto no Rio São Francisco em 1984 disponibilizados nos acervos locais: Maria Franca Pires e Dom José Rodrigues;
- Construir análise do acontecimento, sustentada nos registros históricos e nos relatos dos afetados, correlacionando a materiais teóricos pertinentes;
- Produzir e divulgar conteúdo sistematizado sobre o acontecimento no formato de *podcast*.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 O despejo de vinhoto no rio São Francisco

O vinhoto, também conhecido como vinhaça, é um subproduto resultante do processo de destilação do etanol a partir do caldo ou melaço da cana-de-açúcar. Durante a produção de etanol, a fermentação do caldo gera álcool e o que resta é um líquido, o vinhoto. O subproduto é rico em matéria orgânica, e contém potássio, cálcio, magnésio e outros minerais, o que pode torná-lo útil como fertilizante na agricultura. Por sua vez, o vinhoto tem um alto potencial poluente, principalmente por conta de sua alta carga de matéria orgânica, o que exige muito oxigênio para sua decomposição (Baptistela; Scaloppi, 1986 apud Marques, 2013, p. 11). Quando é armazenado em barragens ou depressões naturais, ele se decompõe rapidamente, liberando gases com cheiros desagradáveis que incomodam as comunidades ao redor. Além disso, pode causar impactos ambientais graves se não for tratado ou manejado adequadamente (Kiehl, 1985 apud Marques, 2013, p. 11).

Em 1975, o governo brasileiro, sob a presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), implementou o Programa Nacional do Álcool, conhecido como Proálcool. A iniciativa surgiu em resposta à crise internacional do petróleo, que elevou significativamente os preços dos combustíveis fósseis, como a gasolina, impactando a economia mundial e, conseqüentemente, o Brasil. O Proálcool buscou reduzir a dependência externa desse insumo ao incentivar a produção e o consumo de etanol locais, especialmente a partir da cana-de-açúcar, uma matéria-prima crescente em monoculturas do país.

Para tornar a transição energética possível, o governo ofereceu incentivos fiscais, subsídios e empréstimos bancários com juros abaixo do mercado para produtores de cana e para a indústria automobilística, que passou a fabricar veículos movidos exclusivamente a álcool. O programa contou ainda com o apoio do meio acadêmico, que contribuiu com pesquisas sobre a eficiência e viabilidade do etanol como combustível sustentável.

A partir dessa mobilização, diversas usinas alcooleiras surgiram e se expandiram pelo território nacional, especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste, impulsionando o aumento da produção.

Este processo levou, inevitavelmente, ao crescimento da produção da vinhaça, resíduo que fica do processo de fabricação do álcool. Como mais uma consequência do aumento da produção de etanol no Brasil, agravou-se, portanto, o problema da destinação da vinhaça, já que se torna um produto tóxico quando lançado na natureza em grandes quantidades. Como

cada litro de álcool origina cerca de 12 litros de vinhaça, o crescimento da produção deste resíduo foi vertiginoso (Corazza, 2006, p. 4). Soma-se, a isso, o fato de que até o final da década de 1970 não existia no país uma regulamentação para a destinação do produto, que já preocupava ambientalistas e a comunidade científica desde os anos 1940.

As principais destinações da vinhaça eram os mananciais de superfície e “áreas de sacrifício”, regiões que se tornavam completamente inutilizáveis após o despejo do resíduo tóxico. Com a implementação do ProÁlcool, portanto, os danos ambientais causados à flora e à fauna dos mananciais de superfície adquiriram uma dimensão preocupante (Corazza, 2006, p. 3-4). Este cenário demonstra a inconsequência e irresponsabilidade do Estado na execução da agenda desenvolvimentista para este país, visto que a ausência de estudo ou observância prévia para a realização das atividades de tais indústrias geram acontecimentos como o deste objeto de estudo, capaz de provocar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Em março de 1984, o rio São Francisco sofreu um dos piores desastres ambientais da sua história, se não o pior. Entre os dias 13 e 15 do mês citado, as cidades de Curaçá (BA), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) foram surpreendidas com milhares de peixes mortos que apareceram boiando no rio São Francisco. A causa: o despejo de vinhoto, um resíduo tóxico usado na produção de álcool, que resultou na morte de 300 a 500 toneladas de peixes² e prejudicou milhares de pessoas que dependiam dele. Na época, jornais como *O Globo*, *Jornal da Bahia* e *Jornal Rural* relataram os acontecimentos, ajudando a registrar essa história.

No dia 18 de março de 1984, *O Globo* estampou a manchete: “Morrem 500 toneladas de peixes no São Francisco”. O jornal mostrou a gravidade do desastre com imagens de peixes mortos e relatos de moradores que enfrentavam o cheiro insuportável e a falta de água potável, no conhecido como “o primeiro grande desastre ecológico da história do rio São Francisco” (O Globo, edição de 18 de mar. de 1984, p. 7). Ainda sem explicações claras sobre a causa, o texto apontava o início das investigações para descobrir as causas e os responsáveis pela tragédia.

² Nos registros históricos acessados não é informado com precisão o número de peixes mortos, sendo apresentado em jornais dados diversos, com as quantias indo de 300 a 500 toneladas.

Figura 1. Morrem 500 toneladas de peixes no São Francisco.

© Globo: 18/3/84

O PAÍS • 7

CAUSAS AINDA SÃO DESCONHECIDAS

Morrem 500 toneladas de peixes no São Francisco

SALVADOR — O primeiro grande desastre ecológico da história do Rio São Francisco, que matou cerca de 500 toneladas de peixes desde a última quinta-feira no município baiano de Curacá, ainda não teve sua causa determinada pelas autoridades responsáveis pela preservação do meio-ambiente.

Ontem, enquanto o Prefeito de Curacá, Teodomiro Mendes, fazia apelos ao Governador João Durval no sentido de mandar apurar o que está provocando a morte dos peixes, o Diretor do Centro de Recursos Ambientais da Bahia, Ivan Barreto Carvalho, aguardava informações do engenheiro químico que há dois dias se deslocou para a área tentando localizar a origem do problema.

De acordo com Teodomiro Mendes, a correnteza continua levando peixes mortos apesar de se notar uma gradativa redução do número deles, a cada dia. Teodomiro disse que a maioria dos peixes é constituída de dourados e surubins, “o que vem agravar muito as condições de sobrevivência de toda a população ribeirinha do município, que tem na pesca sua principal atividade econômica”. A população do município está sendo abastecida de água trazida em carros-pipa da cidade de Juazeiro, a 90 quilômetros de distância.

Há três dias, uma equipe de técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco recolheu alguns peixes mortos e amostras da água do rio, levando o material para ser analisado nos laboratórios da Embrapa, em Petrolina. Até ontem, contudo, não se tinha qualquer notícia do resultado



Foto: "A Tarde"

Alguns dos peixes mortos recolhidos do São Francisco

dos exames nem o técnico enviado de Salvador havia chegado a Curacá.

HIPÓTESES

O engenheiro químico João Nunes Teixeira, enviado pelo Centro de Recursos Ambientais, já esteve no local onde se desenvolve um projeto agrícola nas margens do riacho Tourão, afluente do São Francisco. Ele descartou a possibilidade de o acidente ter sido provocado por descargas de vinhoto de uma agroindústria local. Ontem João Nunes estava inspecionando a mineração Caraíba para saber se o envenenamento dos peixes pode ter sido provocado por resíduos químicos pesados provenientes do processamento de minerais explorados pela empresa. Esta, aliás, é a hipótese mais provável para o acidente. As espécies de peixe que

tem morrido habitam o fundo do rio, o que tem levado as autoridades a acreditar na hipótese de que o envenenamento se deve a algum material pesado. Apesar disso, o Presidente da empresa, Antônio Valente, disse ontem, nesta capital, que considera impossível o acidente ter sido provocado por algum material vazado da Caraíba.

Já o Prefeito Teodomiro Mendes acha que o problema “pode ter acontecido em consequência de um provável vazamento de sulfureto — produto tóxico utilizado no processo de curtição de couros — que teria ocorrido em um dos três curtumes que funcionam nas cidades de Juazeiro e Petrolina. Os peixes mortos recolhidos têm apresentando, segundo ele, as vísceras estouradas, o que pode indicar que as mortes tenham sido causadas pela ingestão de algum produto químico e não por asfixia.

Fonte: *Jornal O Globo*, edição de 18 de mar. de 1984, p. 7. Documento disponível no Acervo Dom José Rodrigues. Acesso em: 13 jun. de 2020.

Em Curaçá, a população já sofria as consequências do desastre, como relatado em *O Globo* (edição de 18 de mar. de 1984, p. 7). A água estava sendo distribuída por carros-pipa, tendo em vista a sua não recomendação para o consumo. As primeiras análises sobre o episódio e a mortandade dos peixes foram conduzidas por órgãos como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As suspeitas recaíam sobre poluentes químicos, mas as fontes ainda eram incertas. Autoridades locais e especialistas sugeriam como causas desde resíduos de curtumes até materiais pesados provenientes da mineração.

Ao acompanhar o enredo produzido pelos veículos de comunicação a respeito do despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984, as informações desencontradas, publicadas a cada dia após o ocorrido, deixou sobressair um conflito de interesses, visto que diferentes órgãos e empresas foram, em algum momento, suspeitos e responsabilizados pela tragédia.

Dias depois, em 20 de março, o *Jornal da Bahia* trazia novas versões e a manchete “A morte mancha as águas do Velho Chico”. No texto, foi apontado que autoridades estaduais investigavam a possibilidade de defensivos agrícolas terem sido carregados pelas chuvas. Paralelamente, a empresa Caraíba Metais, frequentemente citada como suspeita, negava envolvimento e levantava teorias de sabotagem por interesses comerciais. A narrativa ganhou um tom conspiratório, enquanto as comunidades ribeirinhas afetadas continuavam sentindo os impactos da tragédia.

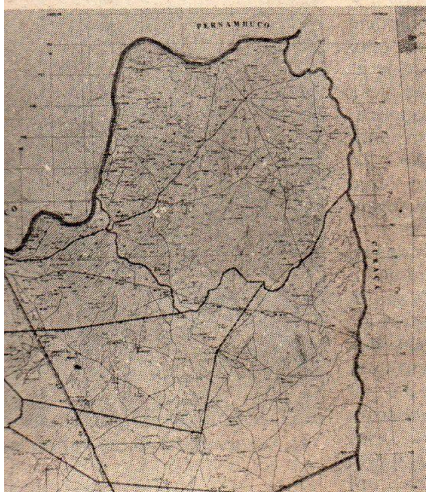
Figura 2. A morte mancha as águas do Velho Chico.

o CADERNO

10 Cidade 7

Águas do Velho Chico

Poluição não se alastra, mas a catástrofe continua



conseguem afugentar o mal, e tra entre as populações dos onde corre o São Francisco

ue não cado no evação o peixe lo país. , entre al é de enos 10 lo Lago e que aração e ainda ão não foi

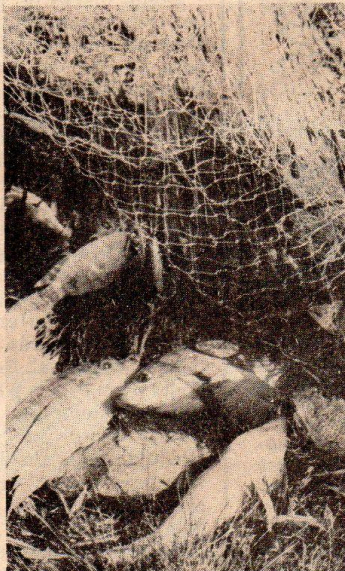
nda a rajuvir imento foram manos

segundo norrido reu de por al, sendo antiago, eiro.

Toda fauna destruída

A morte de 300 toneladas e a destruição de praticamente todo o trabalho de reposição da fauna fluvial que vinha sendo executado, há dois anos, na região do Médio São Francisco, são os dois efeitos imediatos mais danosos da maior catástrofe ecológica da história do principal rio do Nordeste, de acordo com dados levantados pela Codevasf e revelados ontem pelo diretor de Piscicultura do órgão governamental, engenheiro Odilon Jovino.

Com o fim da mortandade, a principal preocupação a médio prazo passou a ser, a partir de ontem a descida, em grande quantidade, de peixes mortos ao longo de 350 quilômetros de rio até Paulo Afonso, onde os técnicos da Chesf estão em estado de alerta há dois dias. O diretor de operações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco em Sobradinho, engenheiro Severino José



da Silva, admitiu que os peixes mortos poderão poluir a represa de Moxotó (com capacidade de geração de 400 mil kva) e causar problemas as turbinas.

De helicóptero, os técnicos da Chesf estão acompanhando diariamente a viagem rio abaixo dos peixes atingidos pelo desastre ecológico, rumo a Paulo Afonso. Ontem à tarde, por telefone, o engenheiro Severino Silva informou que a quantidade de peixes mortos que continuam descendo o Médio São Francisco diminuiu bastante nos dois últimos dias, pois o volume maior foi recolhido nas margens em várias cidades ou em arbustos e ilhas ao longo do rio.

Os problemas para as turbinas de geração de energia elétrica para o Nordeste, em Paulo Afonso, vão depender, segundo o diretor de Operações de Sobradinho — que participou em Juazeiro da reunião com o secretário de Planejamento da Bahia e diretor do Cepram, Waldeck Ornelas — da quantidade de peixe mortos que chegam a Moxotó, a cerca de 350 quilômetros do local onde começou o desastre ecológico.

Alagoas já está alerta

Seis municípios, doze povoados e dezenas de pequenas vilas do sertão alagoano tiveram suspensas, por medida de precaução, seu abastecimento d'água, segundo informou ontem, o presidente da Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento de Alagoas — Casal, engenheiro Rui Guerra. O corte no fornecimento de água foi uma medida acautelatória, diante da grande mortandade de peixes verificada na Bahia.

Rui Guerra explicou que as informações quanto à poluição do rio São Francisco foram fornecidas pela Empresa Baiana de Saneamento, que tinha feito uma constatação em exames laboratoriais sobre a existência, nas águas do rio, de um elemento químico, o cobre (metal pesado), que é bastante tóxico, podendo por em risco vidas humanas e animais.

A medida criou uma situação complicadíssima para a população do sertão de Alagoas, porque até mesmo os 185 caminhões-pipa que vinham servindo na área da seca foram impedidos de continuar com a distribuição de água, colhida na adutora do sertão. A adutora faz a captação de suas águas num ponto do rio São Francisco, próximo a cidade de Delmiro Gouveia, situada a 329 quilômetros de Maceió, onde também estão sendo recolhidas amostras de água, levadas então para a cidade baiana de Paulo Afonso, de onde seguem para Salvador, de avião a fim de serem analisadas na Secretaria de Planejamento da Bahia.

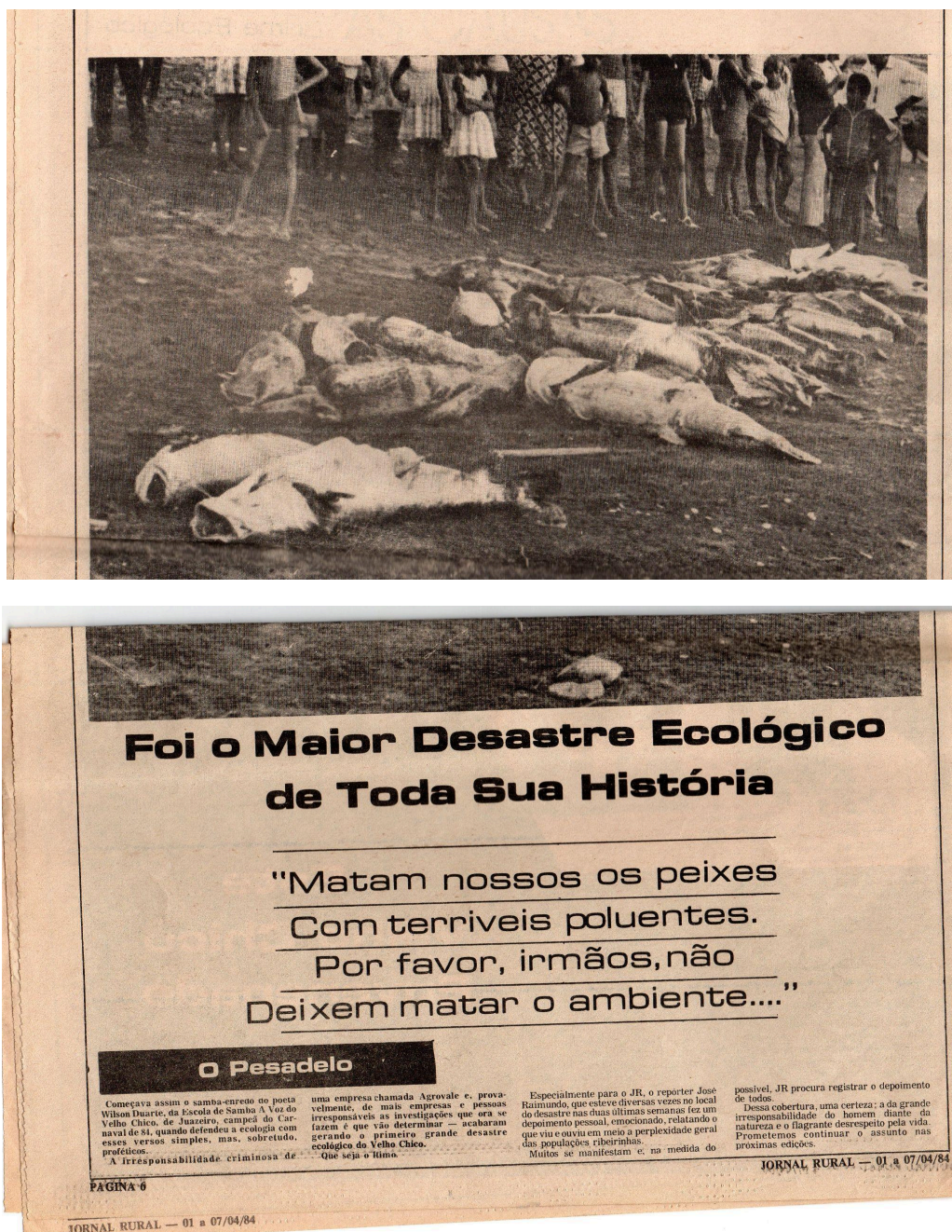
Guerra afirmou que a situação é gravíssima, não sabendo até quando permanecerá suspenso o abastecimento, que poderá atingir mais duas adutoras: as das bacias leiteira e fumageira, correspondendo a uma população de mais de um milhão de habitantes. No caso da bacia leiteira, por exemplo, a água é utilizada também para o consumo animal. O presidente da Casal garantiu que a interrupção total em todo sistema de abastecimento d'água do sertão e agreste, poderá ocorrer, caso as análises confirmem a contaminação por resíduos venenosos. No momento, a medida é apenas de precaução e a expectativa é maior porque Alagoas não dispõe de laboratórios com condições de realizar uma análise desse nível.

Fonte: *Jornal da Bahia*, edição de 20 de mar. de 1984, p. 7. Documento disponível no Acervo

Dom José Rodrigues. Acesso em: 13 jun. de 2020.

Já no início de abril, o *Jornal Rural* apresentou um relato mais consolidado. Após inspeções e análises, a Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia apontou para o rompimento de uma barragem de vinhoto da Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A (Agrovale). Apesar das negativas da empresa, as evidências ligaram o desastre ao vazamento que, por sua vez, posteriormente seria confirmado como um despejo.

Figura 3. Foi o maior desastre ecológico de toda a história do São Francisco.



Fonte: *Jornal Rural*, 01 a 07 de abr. de 1984. Documento disponível no Acervo Dom José Rodrigues. Acesso em: 13 jun. de 2020.

Cada jornal abordou a história de forma diferente, revelando a complexidade da apuração. *O Globo* foi objetivo, focando nos dados iniciais e nas declarações das autoridades locais. *O Jornal da Bahia* trouxe um tom técnico e cauteloso, destacando as múltiplas hipóteses e preocupações econômicas. Já o *Jornal Rural* adotou um tom opinativo, enfatizando a irresponsabilidade das empresas e contextualizando o desastre como uma consequência da falta de fiscalização ambiental.

Com o passar do tempo, esse caso foi perdendo atenção e visibilidade, como se nunca tivesse ocorrido, sendo esta uma tática comumente usada no Brasil: o silenciamento e o apagamento de casos violentos da história, principalmente quando envolve a necessidade de responsabilização de certos grupos. Esse fenômeno, porém, não é isolado, mas faz parte de um padrão mais amplo de negações e de promoção do esquecimento coletivo. Como apontado por Finazzi-Agrò (2018, p. 56), a ruptura com o país colonizador trouxe consigo uma desconexão entre passado e presente, criando uma forma distinta de narrar o tempo. Nesse contexto, o vazio deixado pela ausência ou apagamento das origens é frequentemente preenchido pela ficção - termo tomado aqui como o ato ou efeito de fingir - que se torna um meio de reconstrução simbólica e de elaboração de sentidos. Desse modo, “relembrar o passado assume, às vezes, as cores negras e as andanças ltuosas de um rito de enterro” (Finazzi-Agrò, 2018, p. 58).

Nesse sentido, considerando os processos de omissão em torno do acontecimento do despejo do vinhoto, que apesar de pautado na época, posteriormente, enfrentou e ainda enfrenta um processo de esquecimento, propomos, por meio deste trabalho, retomar o episódio e refletir sobre ele, se atentando às suas causas e desdobramentos, buscando torná-lo conhecido ou reconhecido. Acreditamos, a partir desse empreendimento, que o conhecimento sobre o passado é essencial tanto para que possamos compreender a nossa história, quanto para evitar a reprodução de situações que colocam em risco o meio ambiente e a própria sociedade.

4.2 O desenvolvimentismo no Semiárido Brasileiro

O desenvolvimentismo, enquanto conceito teórico, é geralmente utilizado para se referir tanto a um fenômeno ideológico, quanto ao conjunto de políticas econômicas relacionadas entre si visando o crescimento econômico de um determinado local (Fonseca, 2015, p. 38). Compreendendo que há uma ligação íntima entre os dois aspectos referentes à

utilização do termo desenvolvimentismo, considerando a experiência histórica a qual dá sentido à sua existência, não há uma definição concreta, visto que o fato de ser considerado um conjunto de políticas econômicas, não exclui seu viés ideológico.

Nos anos 1970, por meio do governo autoritário do Regime Militar (1964-1985), foram enviados esforços para promover uma perspectiva de progresso no Nordeste do Brasil, especialmente no Vale do São Francisco. Essa tentativa de modernização econômica estava atrelada ao modelo desenvolvimentista adotado pelos militares, que buscava integrar a região ao restante do país por meio de investimentos em infraestrutura e estímulos ao agronegócio e à industrialização.

Uma das principais estratégias adotadas foi a expansão da agricultura irrigada, promovida por órgãos como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), criada em 1974. A CODEVASF impulsionou a construção de canais de irrigação e barragens para viabilizar a produção agrícola em larga escala, favorecendo o cultivo de frutas tropicais e outros produtos voltados para exportação. Esse modelo resultou na consolidação de polos agrícolas como o de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que se tornaram referências na fruticultura irrigada.

Como mais um artefato deste desenvolvimento, quando se instalou, em 1972, na região classificada como Submédio São Francisco, mais precisamente na cidade de Juazeiro, na Bahia, a empresa Agroindústrias do Vale do São Francisco (Agrovale) prometia redimir esta região semiárida. A empresa prometia transformar o semiárido, um território historicamente marcado pela pobreza, decorrente das secas, pela concentração fundiária, pela manutenção dos interesses das elites locais e pela fragilidade da agricultura de subsistência e da pecuária predominantes (Rabelo, 2019, p. 61). Esse empreendimento foi possível através dos esforços do governo militar instalado à época, que via na região oportunidades para - além de outros aspectos - a exploração dos recursos hídricos a partir do rio São Francisco, com a agricultura irrigada; a construção de rodovias para atender à demanda de automóveis que crescia nos anos 1970, bem como para a produção do novo combustível alternativo ao petróleo, cujo preço disparava na época.

Além da agricultura irrigada, os investimentos federais no Nordeste também incluíram a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que, embora tenha sido fundada em 1959, teve um papel reforçado durante o período militar. A SUDENE foi responsável por impulsionar a industrialização da região, atraindo investimentos privados por meio de incentivos fiscais e facilitando a instalação de indústrias em cidades como Salvador, Recife e Fortaleza.

No entanto, as políticas de progresso implementadas no período militar apresentavam contradições. Embora tenham gerado crescimento econômico e modernização em algumas áreas, também acentuaram desigualdades regionais e sociais. Os projetos de irrigação, por exemplo, frequentemente beneficiavam grandes produtores e empresas, enquanto pequenos agricultores e comunidades tradicionais enfrentavam dificuldades para acessar as terras e os recursos hídricos. A concentração fundiária e a dependência de grandes empreendimentos muitas vezes reforçaram a exclusão social e a precarização do trabalho na região.

O documentário “Terra Roubada” (1980), dirigido pelo suíço Peter von Gunten, retrata outro grande projeto da ditadura militar brasileira para o Vale do São Francisco: a construção do lago de Sobradinho, um dos maiores lagos artificiais do mundo. João Paulo Aguiar, engenheiro eletricista da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), em trecho do documentário, afirma que o projeto da construção da barragem estava completamente ligado a outros projetos que envolviam a prática da irrigação na região, compartilhando os mesmos parâmetros de ocupação. As largas porções de terra destinadas à Agrovale, com o apoio do Estado, obrigaram inúmeras famílias a abandonarem suas propriedades rurais, e venderem suas terras a preços baixos, cedendo espaço à monocultura da cana-de-açúcar.

De acordo com Rabelo (2019, p. 61), a investigação sobre as características dos solos e o potencial de irrigação, juntamente com a introdução da mecanização no campo e a disponibilidade de mão de obra barata e pouco qualificada, constituíam elementos que ofereciam perspectivas promissoras para os investimentos nas indústrias de fruticultura e canavieira, especialmente com o estímulo governamental à produção de álcool durante a década de 1970.

Os maiores desastres ambientais da história do Brasil, que resultaram na devastação de povoados, solos, florestas, casas, histórias e vidas, através de imensas quantidades de lama contaminada, evidenciam preocupações e incertezas que pairam sobre as perspectivas de desenvolvimento da sociedade brasileira. Esses desastres são o resultado direto da interferência irresponsável de empresas privadas nas questões ambientais, levantando questionamentos acerca das expectativas futuras quando o setor privado busca retomar o protagonismo na exploração da natureza, ignorando tanto o papel do Estado quanto às necessidades e direitos dos cidadãos (Rabelo, 2019, p. 70).

Nesse contexto, o protagonismo do setor privado na exploração dos recursos naturais levanta preocupações sobre a possibilidade de repetição desses desastres ecológicos, visto

que a busca pelo lucro muitas vezes se sobrepõe à necessidade de preservação ambiental e à garantia da segurança das comunidades próximas às áreas de exploração.

De acordo com Rabelo (2019), a crença na mitologia da integração nacional, baseada na imensidão do território e na suposta disponibilidade ilimitada dos recursos naturais, como exemplificado pelo rio São Francisco, tem sido profundamente abalada por eventos e práticas recentes. Esses eventos vão além das ideias simplistas de que tudo prospera nas terras brasileiras ao serem cultivadas, ou de que a nação é abençoada por estar eternamente localizada no “berço esplêndido” da natureza. A exploração e o uso irresponsável de nossos solos, águas, fauna e flora têm acarretado conflitos, escassez desigual, perseguições étnicas e sociais, poluição e devastação (Rabelo, 2019, p. 70).

Ainda nesta abordagem, trazendo para objeto de estudo, o resultado da construção do imaginário desenvolvimentista para a região, que tem como um de seus efeitos o despejo de vinhoto no rio São Francisco, foi a produção de misérias em prol do lucro de poucos. O livro “Além da Califórnia”, de Airson Bezerra Lócio (1990), amplia a visão desenvolvimentista sobre a região, ao apontar que:

as secas e a pobreza sempre fizeram com que chovessem sobre a região iniciativas salvacionista, umas mais eficazes que outras, mas invariavelmente desconexas, paternalistas e espasmódicas. [...] Mas, a verdade, é que só a implantação de um novo e definitivo modelo gerencial permitirá que floresça de fato ali, e com respaldo legal que a proteja das intempéries conjunturais, a Califórnia Brasileira [sic] (Lócio, 1999, p. 46).

O modelo desenvolvimentista implantado no Semiárido Brasileiro, especialmente no Vale do São Francisco, expôs as profundas contradições de um projeto que, sob o pretexto de combater a pobreza e promover a prosperidade, acabou por sacrificar tanto o meio ambiente quanto as populações locais. O despejo de vinhoto no rio São Francisco, como um dos efeitos colaterais dessa política, simboliza a falência de um modelo que, em vez de promover o bem-estar coletivo, gerou miséria e destruição, colocando em xeque a capacidade do desenvolvimento de verdadeiramente integrar e beneficiar as populações locais.

4.3 Ideias para adiar o fim do mundo e nossa relação com o meio ambiente

O nascimento forjado do Brasil que conhecemos atualmente foi sustentado - além de em muitos outros aspectos - na ideia de que os brancos europeus precisavam levar aos povos dissidentes “uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade

obscrecida, trazendo-a para essa luz incrível” (Krenak, 2019 p. 8). Desse modo, ainda de acordo com Krenak (2019), os colonizadores impuseram uma ideia de bem-estar no mundo, baseada na formação de uma humanidade moldada e homogênea, alicerçada em incontáveis formas de violência. Desse modo, é subtraída a pluralidade de costumes, de modos de vida e de existências.

Krenak, indígena brasileiro e filósofo contemporâneo, critica o que ele chama de “descolamento da Terra”. O termo se refere a uma desconexão com o mundo natural promovido pelo capitalismo, sendo visto como um processo de alienação que desumaniza e subtrai o sentido de viver em sociedade. O autor aponta que aqueles que permanecem conectados à Terra - indígenas, quilombolas, caiçaras - são frequentemente marginalizados e classificados como “sub-humanidade” (Krenak, 2019, p. 11).

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade (Krenak, 2019, p. 11).

A esta parte da população que ficou esquecida, sobreviventes deste funesto encontro com os “conquistadores”, restou a mediação do Estado, sustentada ainda nas premissas colonialistas. Isso deixou para os dias de hoje uma relação deficiente entre o Estado e os povos ligados à terra, baseada na exploração tanto das pessoas, como dos bens naturais, ampliando a problemática de ações sobre o meio ambiente.

De forma complementar, mas com uma abordagem oriunda de outro contexto, Félix Guattari, filósofo francês do Norte Global - termo que se refere ao conjunto de países considerados desenvolvidos -, também reflete sobre a relação da humanidade com o meio ambiente no livro “As três ecologias” (1990). O autor aborda a questão pelo prisma da Ecosofia, uma articulação ético-política que busca integrar três esferas interligadas da ecologia: o meio ambiente (os recursos naturais e o planeta), as relações sociais (a maneira como as pessoas interagem em sociedade) e a subjetividade humana (os pensamentos, sentimentos e experiências individuais). Essa integração visa encontrar soluções mais completas e profundas para a crise ecológica. Diferentemente de Krenak (2019), que considera como problema central a perda de conexão espiritual e cultural da humanidade com o planeta, Guattari enxerga a crise ambiental como uma falha estrutural das formações sociais e políticas que perpetuam o desequilíbrio ecológico em escala global (Guattari, 1990).

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. Uma finalidade do trabalho social regulada de maneira unívoca por uma economia de lucro e por relações de poder só pode, no momento, levar a dramáticos impasses – o que fica manifesto no absurdo das tutelas econômicas que pesam sobre o Terceiro Mundo e conduzem algumas de suas regiões a uma pauperização absoluta e irreversível (Guattari, 1990, p. 9).

Guattari (1990) examina os efeitos das transformações técnico-científicas no mundo contemporâneo, apontando que elas geram desequilíbrios ecológicos ao mesmo tempo que corroem modos de vida humanos, tanto individuais quanto coletivos. Ele observa que “a relação da subjetividade com sua exterioridade - seja ela social, animal, vegetal, cósmica [...] se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva” (p. 8). Essa análise dialoga, de certa forma, com o que Krenak (2019) descreve como o descolamento da Terra, uma alienação gerada pelo sistema capitalista e colonial, que rompeu a conexão íntima entre os seres humanos e o mundo natural. Ambos autores indicam que a desconexão do humano com a natureza não é apenas física, mas também simbólica e espiritual, resultando em uma deterioração generalizada das condições de vida no planeta.

Tais análises são importantes para este estudo, pois revelam que eventos como o desastre ambiental em questão são subprodutos de sistemas econômicos e políticos que priorizam o lucro e a exploração em detrimento da preservação ambiental e da vida. Ao articular as ideias de Krenak (2019) e Guattari (1990), é possível perceber que a superação dessas crises exige tanto a valorização de saberes locais, dos povos originários e comunidades tradicionais, quanto uma reconfiguração do mundo que considere dimensões ambientais, sociais e subjetivas em uma forma de coexistência. Com efeito, é possível observar como as respostas políticas ao problema ambiental (como o desmatamento, a poluição de rios ou a contaminação do solo) muitas vezes se concentram em soluções superficiais ou paliativas, ignorando as causas profundas, como a exploração econômica descontrolada e a falta de uma visão ecossocial, ou de uma cosmovisão.

Ainda de acordo com Guattari (1990), o Estado, em um cenário paradoxal, não apenas falha em mediar as possibilidades de existência humana, mas se alinha com forças mercadológicas e interesses industriais, intensificando as crises ecológicas ao invés de resolvê-las (p. 10). Esse alinhamento, que envolve a implementação de grandes polos

industriais em regiões consideradas periféricas e subalternas, promove o desenvolvimento econômico à custa da degradação ambiental. O caso do despejo de vinhoto no Rio São Francisco ilustra bem esse modelo: a expansão do agronegócio e a falta de fiscalização governamental favoreceram a instalação de grandes usinas e empresas que, em nome do desenvolvimento econômico, desconsideraram os impactos ambientais devastadores sobre o ecossistema local.

À vista disso, Galeffi (2019) argumenta que o “novo capitalismo” vai além da produção de bens materiais e se volta para a produção de sentidos e subjetividades. Ao manipular a informação e controlar a mídia, esse capitalismo cria um ambiente onde as consequências ambientais são minimizadas ou desconsideradas. No caso do vinhoto, as grandes empresas responsáveis pela poluição muitas vezes criam narrativas que suavizam os danos causados ao Rio São Francisco, buscando justificar suas ações como necessárias para o progresso e o desenvolvimento econômico. Esse controle das narrativas contribui para a invisibilização dos efeitos do despejo, abafando as vozes das comunidades afetadas e naturalizando desastres ecológicos como esse, de proporções devastadoras.

O caso do despejo de vinhoto, ao ignorar as formas de vida ribeirinhas e indígenas que dependem do Rio São Francisco, reflete essa desconexão com o planeta, sugerida por Krenak (2019): enquanto as grandes corporações buscam explorar o rio sem considerar seus impactos sociais e culturais, as populações locais são relegadas à invisibilidade e à marginalização, sendo afetadas diretamente pela degradação ambiental promovida pelo agronegócio, produto das transformações técnico-científicas aqui relacionadas.

4.4 Crime ambiental

A Lei nº 9.605/1998, em seu art. nº 70, define como “infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente” (Brasil, 1998). Segundo a legislação, esses crimes abrangem práticas que resultam em degradação ambiental significativa e são passíveis de punição. A respeito de casos que promovem danos à efluentes, podemos observar que a Lei nº 9.605/98 prevê que:

Art. 33. Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras:
Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente (Brasil, 1998, n/p).

Tal artigo poderia ser aplicado ao caso do despejo do vinhoto. No entanto, durante a década de 1980, o arcabouço jurídico brasileiro voltado à proteção ambiental ainda era incipiente, tornando casos como o que ocorreu em 1984 particularmente emblemáticos, porque ilustra de maneira clara os desafios e as consequências da falta de uma legislação ambiental mais eficaz e de um sistema de fiscalização adequado para a preservação ambiental.

Em 1984, o Brasil ainda necessitava de um marco regulatório mais consistente para a proteção ambiental. No entanto, legislações como o Código de Águas (Decreto nº 24.643/1934) já tratavam da prevenção à poluição hídrica, classificando a degradação de recursos hídricos como um problema de interesse público.

A Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, vigente à época do caso do despejo de vinhoto no rio São Francisco, estabeleceu diretrizes para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental:

Art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:
I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera (Brasil, 1981, n/p).

No contexto da responsabilidade ambiental e da atuação do Estado nas questões econômicas e ambientais, a Constituição Federal de 1988 estabelece dispositivos importantes. Como destaca Francine Ribeiro Borba (2015), em seu artigo “Análise do crime ambiental”, a Constituição determina que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado deve ser restrita a casos excepcionais, como aqueles relacionados à segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. Além disso, o artigo 173, § 5º, prevê que a legislação estabeleça a responsabilidade das pessoas jurídicas, incluindo punições compatíveis com a natureza dos atos praticados contra a ordem econômica e a economia popular (Borba, 2015, p. 37).

Embora o despejo tóxico tenha ocorrido antes da promulgação da Constituição, o trecho mencionado acima ilustra a necessidade de um sistema legal sólido para responsabilizar empresas pelos danos ambientais causados. No caso do despejo de vinhoto no Rio São Francisco, uma ação que gerou sérios danos ambientais e econômicos, já que prejudicou a pesca, alterou a biodiversidade e atrapalhou a irrigação de lavouras com a contaminação da água, por exemplo, a legislação e a responsabilidade das empresas deveriam

ser observadas, especialmente em relação ao seu dever de evitar danos à natureza e à economia local. A Constituição estabelece que as empresas podem ser responsabilizadas por suas ações, o que pode ser um ponto importante para defender que o episódio de despejo de vinhoto não foi um acidente, mas sim um ato passível de responsabilização, à luz das normas que estavam se formando na época. Este caso, além de ser um evento trágico e devastador, configura-se como um crime ambiental, pois se trata de uma ação deliberada e negligente que não só poderia como deveria ser evitada.

Embora o caso tenha gerado repercussão nacional, a aplicação da legislação ambiental vigente na época foi limitada. A Política Nacional de Meio Ambiente previa a responsabilização das empresas poluidoras, mas a fiscalização deficiente e o poder econômico das usinas impediram ações efetivas. Esse cenário revela a fragilidade do sistema jurídico da época e a necessidade de leis mais rigorosas. No entanto, para que a fiscalização seja realmente eficaz, o Estado deve romper com a prática de conluio com o setor privado.

Apesar da gravidade do evento e da existência de normas ambientais, após a identificação da causa da mortandade dos peixes, não houve punição proporcional aos danos causados ao ecossistema local. O despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984 não pode ser tratado como acidente, pois foi um ato evitável, resultado de negligência e falta de precaução. As medidas necessárias para o tratamento e destinação adequada dos resíduos já eram de conhecimento da empresa e do poder público. Como ficará mais evidente ao longo deste estudo, a omissão e escolha de ignorar os impactos negativos da tragédia indicam uma ação criminosa.

4.4 Jornalismo Investigativo

É comum, entre os jornalistas, que o jornalismo investigativo seja considerado uma especialização dentro da prática jornalística, caracterizada pela profundidade de apuração e por uma busca mais intensa envolvendo provas e documentos. Também pode ser considerado um campo que busca publicizar informações que são ocultadas, abafadas ou negligenciadas, especialmente em casos que envolvem abuso de poder e corrupção. Já outras pessoas defendem que a utilização do termo “jornalismo investigativo” é redundância, e que a investigação está inerente ao jornalismo como um todo.

Por dispor de uma natureza intrinsecamente fiscalizadora, o jornalismo investigativo ganhou notoriedade na sociedade, considerando sua capacidade de reconstruir acontecimentos importantes, expor injustiças e, principalmente, revelar os detalhes da

corrupção no setor público, questões que os poderes do Estado frequentemente buscam esconder dos cidadãos. (Sequeira, 2005, p. 61)

Nesse sentido, o jornalismo investigativo se torna um aliado da sociedade, pois sua prática está diretamente ligada ao interesse público. Esse tipo de jornalismo vai além da simples cobertura de notícias, ele busca revelar informações e situações que, de outra forma, poderiam ser ocultadas. Conforme destacado por Martino e Silva (2013), o jornalista investigativo é frequentemente retratado como um agente que ultrapassa as fronteiras dos órgãos oficiais do Estado, atuando como um fiscalizador da verdade. Os autores usam filmes como *Todos os Homens do Presidente* (1976), *O Custo da Coragem* (1997) e *Intrigas de Estado* (2006) para dar exemplos dessa representação da mídia, mostrando jornalistas que, ao investigar e divulgar fatos importantes, ajudam a sociedade a acessar informações que possam aproximar de uma justiça social.

Além disso, o jornalismo investigativo está vinculado a um compromisso maior com o interesse público, funcionando como uma ferramenta essencial para a exposição de dados, fatos e situações que, sem essa intervenção, provavelmente não chegariam ao conhecimento do público. Esse tipo de jornalismo, com suas características específicas de revelar o que está escondido e de fiscalizar os poderes impostos, ocupa uma posição especial dentro do campo profissional, sendo regido por um conjunto de normas próprias, ainda que integrado ao jornalismo como um todo. Apesar da valorização do jornalismo investigativo, durante esta pesquisa percebi que os estudos sobre a temática e a própria produção do gênero ainda têm um desenvolvimento tímido.

Tomando mais proximidade da primeira noção de jornalismo investigativo mencionada por Eugênio Bucci (2000), esta área se trata de uma “modalidade especializada” que surge como resposta à opacidade criada por burocracias “e de muitas das máfias nacionais que colocaram sobre o direito de informação uma cortina de fumaça - maligna e maliciosa - capaz de barrar o direito de saber de todo cidadão” (apud Fortes, 2005, p. 13). Essa perspectiva é particularmente pertinente ao caso do despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984, um evento que permaneceu amplamente encoberto por décadas. O silenciamento do caso à época reflete, em parte, as dificuldades impostas por essas “cortinas de fumaça”, como descreve Bucci (2000), que barram o direito à informação.

Mesmo sem categorizá-lo explicitamente como “jornalismo investigativo”, a investigação realizada neste trabalho exigiu um olhar investigativo, considerando as ideias de Marcelo Beraba, que define este gênero jornalístico como aquele que exige “mais tempo e paciência para pesquisas, entrevistas, observação direta, checagem e rechechagem - a busca

obsessiva por documentos e provas” (*apud* Fortes, 2005, p. 14). Tais elementos são essenciais durante a tarefa de reconstituir eventos complexos e negligenciados, como o nosso objeto de estudo. Beraba acrescenta que o jornalismo investigativo “tornou-se uma qualificação específica para as reportagens de mais fôlego, de maior investimento de apuração” (*apud* Fortes, 2005, p. 14).

A investigação o episódio do despejo do vinhoto exigiu a análise meticulosa de documentos históricos levantados, o cruzamento de relatos orais e a pesquisa sobre os impactos ambientais e sociais ao longo das décadas, ressaltando a importância de uma apuração jornalística cuidadosa, além de situar o fato dentro contexto social em que ocorre, como a prática característica do jornalismo investigativo sugere.

As histórias a respeito do caso do despejo de vinhoto de 1984 permanecem fragmentadas entre memórias locais e em poucos registros oficiais resguardados. De acordo com o jornalista Marcelo Canellas,

Os fatos, os acontecimentos, os fenômenos - ou seja lá que nome queiramos dar à matéria prima de nossa profissão - não aparecem diante de nós como algo íntegro e totalizado. O processo do conhecimento pressupõe a coleta desses fragmentos da vida e sua conexão com antecedentes e conseqüências para que o fato seja apreendido na sua totalidade” (*apud* Fortes, 2005, p. 14).

Nesse sentido, a coleta dos fragmentos do caso estudado foi parte indispensável do processo de reconstrução de narrativas a partir do episódio e para compreender as implicações por trás do evento. Ao analisar o acontecimento do despejo de vinhoto no rio São Francisco, foi possível observar a interferência de interesses econômicos na cobertura jornalística e nas investigações, ligados às usinas da região e outros atores que contribuíram para o arquivamento do caso e para a ausência de uma cobertura mais consistente. Desse modo, fez-se ainda mais necessária a apuração aprofundada e baseada em documentos e provas consistentes, como a busca pelo acesso ao relatório produzido pela Comissão de Proteção ao Meio Ambiente, formada por parlamentares da Assembleia Legislativa da Bahia, que investigaram o caso à época.

4.5 Jornalismo ambiental

Em consonância com o jornalismo investigativo, o jornalismo ambiental também se caracteriza por seu papel de utilidade pública, de fiscalização e de aliança com a sociedade.

Esta compreensão faz referência à sua determinante atuação frente às denúncias de degradação socioambiental ocorridas no mundo nos anos recentes. Em sua prática, o jornalismo ambiental não apenas informa, mas também questiona, expõe e denuncia problemas socioambientais que afetam a coletividade.

É possível considerar que nos últimos 20 anos a pauta ambiental tem recebido mais espaço nas produções jornalísticas, com a presença de temas que passaram a ser considerados de grande interesse pela imprensa, como a degradação socioambiental, a poluição do ar, solo e água e, em especial, as mudanças climáticas, que têm se convertido em significativas catástrofes ambientais recentes (Bueno, 2017, p. 25-26). Apesar disso, Bueno (2017) destaca que há uma escassez de profissionais do jornalismo para uma cobertura eficiente e eficaz, além de que o tema do meio ambiente é envolto por interesses empresariais, por parte de agroquímicas, mineradoras, empresas de biotecnologia e setores conservadores do agronegócio, por exemplo, tornando a cobertura jornalística desses temas “fragmentada, descontextualizada e imprecisa da problemática ambiental” (Bueno, 2017, p. 26). Para contrapor esta atividade reducionista, o autor defende que a cobertura jornalística ambiental não se restrinja ao tratamento factual, mas que seja concebida sob um prisma crítico e comprometido com a sustentabilidade do planeta (Bueno, 2017, p. 26). A dificuldade em tratar o meio ambiente de forma adequada, com o devido contexto e profundidade, faz com que as questões ambientais sejam frequentemente tratadas de maneira descontextualizada, sem a devida consideração das implicações sociais e econômicas a longo prazo.

Nesse sentido, a prática do jornalismo ambiental se aproxima do jornalismo investigativo, especialmente quando se trata de investigar e expor práticas prejudiciais ao meio ambiente. A denúncia de danos ambientais, como desmatamento ilegal, contaminação de rios, uso deliberado de agrotóxicos e outros danos ecológicos, é uma das vertentes em que o jornalismo investigativo e ambiental se faz necessário. O trabalho de jornalistas especializados neste campo vai além da simples divulgação de fatos, eles são responsáveis por desenterrar informações submersas e colocar em evidência os responsáveis por essas infrações.

A importância dessa abordagem crítica e investigativa é reforçada pela pesquisa da Modifica (2022), que analisa o jornalismo ambiental sob a ótica da justiça climática e ecofeminismo. A organização destaca que, embora a comunicação ambiental em sentido amplo envolva todas as ações voltadas à promoção da causa ambiental, o jornalismo ambiental é um espaço especializado dentro dessa comunicação, onde profissionais de imprensa se comprometem a qualificar a informação e ampliar o debate sobre as questões

ambientais. Segundo a pesquisa, os veículos de comunicação, como jornais e programas dedicados ao meio ambiente, desempenham um papel fundamental na promoção de uma discussão mais profunda e crítica sobre a sustentabilidade e a justiça social no contexto ambiental.

Segundo Loose e Camana (2015), o jornalismo ambiental, diante dos desafios da sociedade atual, une uma visão complexa e a diversidade de fontes e perspectivas na construção da notícia. Esse tipo de jornalismo se caracteriza não apenas pelo uso de fontes oficiais, como dos campos político, econômico ou científico, mas também pela incorporação de saberes populares, o que enriquece a cobertura com diferentes pontos de vista, tornando-se especial nesse sentido. A produção de reportagens ambientais exige uma contextualização profunda e a busca por evidenciar as conexões entre os fatos, muitas vezes ultrapassando os limites das editoriais tradicionais. Para as autoras, tais características ressaltam a natureza híbrida e interdisciplinar das questões ambientais, que exigem uma abordagem mais ampla e comprometida com a sociedade e com o meio ambiente.

Por ser comprometido com a natureza e com a sociedade, e por ter como prerrogativa a promoção da cidadania, o Jornalismo Ambiental se localiza em uma posição privilegiada no que se refere à comunicação sobre os riscos. Isto porque mais que informar sobre o risco, objetiva atentar para as razões e efeitos deste, empoderando os públicos para ações mais efetivas junto aos causadores dos riscos e, em outros casos, possibilitando que o exercício da cidadania ocorra e que mudanças de atitude se disseminem (Loose; Camana, 2015, p. 126).

Em relação aos enquadramentos midiáticos e às narrativas das catástrofes ambientais, Holanda, Kääpä e Costa (2022) destacam que uma crítica recorrente no campo do jornalismo ambiental é que a cobertura midiática tende a se concentrar em crises e desastres, apresentando ao público uma visão do meio ambiente marcada principalmente por eventos pontuais. Essa abordagem, segundo os autores, centraliza a compreensão pública das questões ambientais em momentos de catástrofes, sem refletir a complexidade a longo prazo e os fatores estruturais que as geram. Além disso, os autores mencionam que a cobertura ambiental tende a seguir um padrão cíclico, com o aumento da visibilidade das questões ambientais apenas durante crises, e a diminuição do interesse da população após a remediação do evento.

Outro ponto relevante é a capacidade do jornalismo ambiental de transcender uma narrativa puramente alarmista ou científica, adotando uma abordagem mais interdisciplinar e contextualizada. Nesse sentido, o jornalismo ambiental pode articular discursos que

conversem com diferentes públicos, promovendo o engajamento não apenas com os dados científicos, mas também com os afetos, desejos e experiências das comunidades impactadas. Ao privilegiar a construção de narrativas que incorporem múltiplas vozes e que apresentem o ambiente como parte de uma teia de relações humanas, sociais e econômicas, o jornalismo se consolida como uma ferramenta muito importante para ampliar a conscientização e para a promoção de políticas mais justas e efetivas em prol da sustentabilidade.

Este contexto torna o presente trabalho ainda mais relevante, pois problematiza como o campo jornalístico lida com essas catástrofes ambientais, questionando os modelos de cobertura vigentes e explorando suas limitações, ao mesmo tempo em que propõe uma prática jornalística que vá além dos momentos de tragédia, destacando a necessidade de um jornalismo mais consistente, aprofundado e comprometido com o interesse público, capaz de ir além da cobertura episódica e sensacionalista, promovendo uma compreensão mais ampla e contínua das questões ambientais.

4.6 Escolha do Suporte: *Podcast*, mídia emergente

Nos últimos anos, acompanhamos as incontestáveis mudanças provocadas pela popularização de *smartphones* com internet em todo o mundo, o que transformou, conseqüentemente, os modos de consumo jornalístico. Assim, a nova cultura de consumo por demanda própria facilitou a distribuição de conteúdos na internet com um caráter mais criativo e a possibilidade de produzir materiais mais longos (Detoni, 2020, p. 2), o que na tradicional era do Rádio e TV (desde sua chegada até a ruptura provocada pela internet), tinha uma frequência mais tímida.

De acordo com Alex Primo (2005), o *podcasting* - compreendido aqui como o processo de produção do conteúdo denominado *podcast* -, surge como um novo segmento midiático na *internet*, proporcionando formas específicas de interação, visto como uma prática que “remedia” o rádio, no sentido de que o novo meio toma emprestado características do anterior (p. 2). Para Lemos (2018), o *podcast* pode ser considerado um sistema de produção e difusão de conteúdos sonoros, tendo seu surgimento datado no ano de 2004. Segundo o autor, a origem da expressão está associada aos termos “iPod” (tocador de MP3 da Apple) e “*broadcasting*” (transmissão, sistema de disseminação de informação em larga escala). Apesar das semelhanças entre radiodifusão e *podcasting*, uma das principais distinções é a forma de distribuição e a sincronia entre a produção e a escuta. Enquanto o rádio exige a escuta simultânea à transmissão, o *podcast* tem como forte característica o

acompanhamento por demanda própria, permitindo mais liberdade na hora do “*play*”. Desse modo, o *podcast* é compreendido como “um sistema de produção e difusão de arquivos sonoros que guardam similitudes com o formato dos programas de rádio” (Lemos, 2018, p. 1).

O objetivo de uma produção jornalística em formato de *podcast* surge com a intenção de usufruir da emergência desse formato midiático que já torna o Brasil um dos maiores consumidores de conteúdos do gênero no mundo, apontando para um cenário otimista para o mercado de *podcasts* no país (Sebrae, 2023). Algumas características relevantes para a escolha deste tipo de produção é a possibilidade de se aprofundar nos assuntos abordados, com sonoras mais longas e diversidade de fontes e recursos sonoros, permitindo uma apresentação e exploração das situações discutidas de forma mais detalhada.

Para Viana (2021), “esse tipo de enredo apresenta uma narrativa composta pela oralidade proveniente do rádio, proporcionando a aproximação do ouvinte ao assunto tratado, principalmente por meio de uma narrativa imersiva” (Viana, 2021, p. 2). Ainda segundo a autora, a imersão nesse tipo de produção se dá tanto devido às sensações mobilizadas durante esse processo quanto pela disposição psicológica do ouvinte (Viana, 2021, p. 4). É por meio da narrativa explorada no produto que a imersão se desenrola, não necessariamente por meio da tecnologia. Desse modo, o formato de *podcast* surge como uma possibilidade de introduzir o ouvinte nas situações abordadas por este estudo, a fim de que se consagre a incumbência de despertar a reflexão ensejada por esta pesquisa.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende se ancorar na produção de um *podcast* em série, como uma forma de compartilhar experiências capazes de transformar a concepção dos ouvintes sobre temas abordados, estimulando a consciência para o conhecimento e reflexão de questões sociais. Além disso, pretende-se explorar um meio emergente e em contínua ascensão, a fim de explorar as possibilidades de sua presença e influência na cibercultura.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 A pesquisa qualitativa

Esta pesquisa seguiu um viés primordialmente qualitativo, com o ensejo de compreender especificidades do fenômeno estudado, quase como num processo de montar quebra-cabeças, a fim de desenvolver uma interpretação aprofundada e crítica sobre o evento. Por meio da coleta de dados flexível e semi-estruturada, seguindo as técnicas metodológicas detalhadas melhor adiante, buscamos centralizar esforços na compreensão do contexto do objeto estudado. Além disso, não abrimos mão de tornar sensível o aspecto subjetivo relacionado à tragédia, com a realização de entrevistas orais, como forma de compreender e proporcionar a apreciação dos fatos apontados numa esfera mais íntima, pessoal. Nessa perspectiva, Godoy (1995, p. 21) aponta que

um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (Godoy, 1995, p. 21).

Um estudo que tem a pesquisa qualitativa como base possui uma natureza experimental, o que permite que questões mais amplas sejam afinadas no decorrer da investigação, podendo ser conduzido por diferentes caminhos (Godoy, 1995, p. 21).

Para Minayo (2002), “a pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos” (p. 15). A respeito disso, foi considerada uma pesquisa essencialmente exploratória, já que este campo metodológico permite aproximar, com mais flexibilidade, o pesquisador da questão estudada. A pesquisa exploratória se constitui, segundo Gil (2002), com o objetivo principal de aprimorar ideias ou descobrir intuições, tendo, portanto, um planejamento bastante flexível, a fim de considerar a diversidade de aspectos que se relacionam com o fato estudado. Além disso, este procedimento metodológico foi considerado importante para este estudo, pois, como é conceituado por Gil (2002), permite um levantamento bibliográfico - pesquisa desenvolvida com base em material já produzido, geralmente na forma de livros e artigos científicos; a realização de entrevistas com “pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (Gil, 2002, p. 42) e a análise de exemplos que proporcionem uma compreensão do caso estudado.

Com base em pesquisas exploratórias, bibliográficas e documentais, os procedimentos metodológicos foram estruturados para garantir uma análise consistente sobre o crime ambiental ocorrido no rio São Francisco em 1984, objeto deste estudo, uma questão, antes de tudo, social e, portanto, recheada de especificidades. A respeito disso, Minayo acrescenta:

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social (Minayo, 2002, p. 13).

Já que o objeto de estudo se trata de um fato histórico, ocorrido há 40 anos, um importante pilar que deu suporte a este trabalho foi a pesquisa documental, do contrário, não seria possível apresentar provas factuais datadas à época que confirmassem a tragédia do despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984. A pesquisa documental, que se assemelha a uma pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002, p. 46), tem a vantagem de considerar documentos que não aqueles encontrados convencionalmente em bibliotecas. São estes: jornais, boletins e folhetos, além de outros variados materiais, como correspondências pessoais, documentos cartoriais, pronunciamentos, atas, ilustrações, entre outros.

Para tanto, foi realizada pesquisa documental nos acervos locais Maria Franca Pires e Dom José Rodrigues, importantes instrumentos de investigação acadêmica situados no Campus III da Universidade do Estado da Bahia. A pesquisa documental foi iniciada ainda em 2020, durante a Iniciação Científica, sendo posteriormente aprimorada para este trabalho. Nos acervos mencionados acima, foram encontradas cerca de 10 reportagens sobre o caso estudado, de circulação local, regional e nacional, além de outros documentos, como pronunciamentos e comunicados. Além disso, seguindo o caráter exploratório da pesquisa, pretendeu-se, durante o percurso investigativo, considerar outros arquivos que dessem suporte para compreender o acontecimento ambiental estudado, como o documentário *Terra Roubada* (1980), que aborda a construção da barragem de Sobradinho, projeto intimamente ligado à empreendimentos de irrigação, como a empresa mencionada como responsável pelo evento que estamos investigando.

Este trabalho encontra abrigo, ainda, na perspectiva da pesquisa-criação (Pinzoh, 2012) uma vez que combina investigação e produção criativa de forma indissociável. Nesse modelo, a pesquisa culmina em uma criação - como um artigo, tese, reportagem,

documentário ou, neste caso, um podcast - que serve como meio de comunicação e interpretação do conhecimento produzido. Ressalta-se, nesse sentido, que a criação é fruto de um processo estruturado de pesquisa. Alinhada a esses princípios, esta investigação foi planejada para gerar não apenas um texto acadêmico, mas também um produto jornalístico. A pesquisa-criação, dessa forma, mostrou-se como uma perspectiva indispensável para proporcionar maior difusão do trabalho em âmbitos que não os estritamente acadêmicos, como plataformas digitais, espaços educacionais, ou até mesmo no cotidiano das pessoas, tornando o conteúdo mais acessível e dinâmico para diferentes públicos.

Partindo dessas bases metodológicas, descrevemos a seguir os outros processos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa e produção do *podcast*.

5.2 Busca por fontes e realização das entrevistas

A busca por fontes e a realização das entrevistas para a produção do *podcast* sobre o despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984 foram processos desafiadores, mas, sem dúvidas, muito mais enriquecedores, além de fundamentais para garantir uma abordagem ampla e diversificada sobre o caso. Desde o início, senti que minha ligação pessoal com o tema - como alguém criada no Sertão do São Francisco - seria tanto uma vantagem quanto uma responsabilidade. Essa proximidade me dava a sensibilidade necessária para abordar o tema com respeito e profundidade, mas também exigia de um rigor ainda maior na condução da pesquisa. O contato com as fontes e a realização de entrevistas orais se mostraram ferramentas indispensáveis, não apenas para viabilizar o *podcast*, mas também para preencher lacunas históricas e registrar, de forma inédita, narrativas que ainda não haviam sido devidamente documentadas. Foi por meio desses encontros visando a realização de entrevistas, utilizadas como técnica de coleta de dados, que pude ouvir relatos detalhados, coletar documentos pessoais e compreender as complexidades emocionais e culturais do episódio, o que permitiu enriquecer a narrativa, tornando-a mais humana e próxima do público, como ensejado.

Barros e Duarte (2005, p. 70), ao citarem Quivy e Campenhoudt (1992), apontam três categorias abrangentes de interlocutores: “(a) docentes, investigadores especializados e peritos; (b) testemunhas privilegiadas e (c) o público a que o estudo diz respeito” (Barros e Duarte, 2005, p. 70). Essa classificação foi fundamental para orientar a escolha das fontes nesta pesquisa, garantindo uma aproximação mais rica e multifacetada sobre o tema. Com efeito, buscamos fugir de um tratamento homogêneo na constituição dos relatos nesta

pesquisa. A opção por integrar vozes dessas três categorias permitiu acessar diferentes perspectivas: a experiência vivida de testemunhas-chave, a percepção direta das comunidades afetadas e o olhar técnico-científico.

As primeiras fontes foram identificadas ainda durante meu período de iniciação científica, quando a pesquisa sobre o evento começou a tomar forma. Em 2020, fui contemplada com uma bolsa do Programa Institucional de Iniciação Científica (IC) nas Ações Afirmativas (PIBIC/AF) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o subprojeto de pesquisa “Afetamentos dos campos da comunicação e da educação pelo episódio do desastre de derramamento de vinhoto no Rio São Francisco”. O professor Josemar Martins, orientador da IC, desempenhou um papel importantíssimo nessa trajetória. Como alguém que viveu em Curaçá, uma das cidades diretamente atingidas pela tragédia, Josemar foi mais do que um orientador acadêmico, ele trouxe uma perspectiva “de dentro” sobre o impacto do despejo e facilitou conexões com pessoas-chave que também vivenciaram o evento de perto. Foi através dessa iniciativa que percebi a relevância do caso, ocorrido muito antes de eu nascer, e a necessidade de abordar a questão com a sensibilidade que ela exige.

Uma vez definidas as primeiras fontes, para garantir a confiabilidade e diversidade das informações, foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada, uma tipo de entrevista que combina perguntas previamente elaboradas com flexibilidade para explorar temas que vão surgindo durante as conversas. Nesse sentido, conforme apontam Barros e Duarte (2005), a lista de perguntas dessa técnica:

conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle. As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista (Barros, Duarte, 2005, p. 66).

Essa abordagem permitiu captar narrativas pessoais e análises autênticas que deram sentido ao conteúdo da pesquisa. As entrevistas foram conduzidas de forma presencial e remota, dependendo da disponibilidade dos entrevistados, e gravadas com o consentimento dos participantes para posterior transcrição e análise qualitativa. A comunicação com todas as fontes foi realizada predominantemente via *WhatsApp*, um meio eficaz para o contato inicial. Com exceção de uma das fontes, que demonstrou algumas hesitações, *a priori*, quanto à exposição do caso - o que foi posteriormente superado -, todas as demais fontes se mostraram bastante dispostas a contribuir com a pesquisa, o que evidenciou o impacto

profundo e duradouro da tragédia em suas memórias. Para conduzir as entrevistas, foram elaborados roteiros específicos para cada grande área temática de entrevistados: pescador/morador que viveu a tragédia; ativista/movimentos sociais; pesquisador/especialista; e Luiz Nova. Nos apêndices deste trabalho, podem ser visualizadas as perguntas que nortearam as entrevistas.

Um dos encontros mais marcantes foi com Domingos Matos, fundador da Colônia de Pescadores de Juazeiro. Esse momento aconteceu quase por acaso, durante um trabalho de campo na comunidade de Angari, em Juazeiro, como parte da disciplina de Comunicação e Educação. O grupo o qual eu fazia parte ficou responsável por realizar uma entrevista com Domingos. A partir daí, ouvi sobre sua trajetória como pescador e sua participação na fundação da Colônia. Intuí que ele poderia ter algo a dizer sobre o caso, e, ao entrar em contato pelo *WhatsApp* meses após essa atividade, mencionei o despejo de vinhoto. Sua resposta imediata confirmou minha suspeita: ele não apenas lembrava do evento, como estava disposto a compartilhar suas lembranças. Marcamos um encontro na própria Colônia, onde a entrevista aconteceu. Durante a entrevista, dividimos uma pequena sala com uma colaboradora da Colônia. Por isso, em alguns momentos do *podcast*, é possível ouvir vozes ao fundo, ou portas se abrindo, por exemplo. Gravei o áudio da entrevista com meu *smartphone* de marca e modelo Motorola E7. A entrevista gravada teve, no total, 32 minutos e 6 segundos.

Maria Rita do Amaral Assy, ou Maíta, foi outra fonte que marcou a pesquisa. Seu nome surgiu durante a investigação documental. A partir disso, soube que era uma das integrantes do Movimento de Defesa do São Francisco (MDSF), criado em resposta ao acontecimento do despejo do vinhoto, em 1984. Formada em Psicologia e ex-professora da Uneb, Campus III, com uma significativa trajetória de militância, tive acesso ao contato de Maíta a partir de um amigo em comum. Embora já tivesse conversado com seu ex-marido, Antonio Carlos Coelho, também integrante do movimento e responsável por importantes produções artísticas que denunciaram a tragédia, a perspectiva de Maíta me pareceu indispensável para dar mais equilíbrio ao relato e garantir a inclusão de uma perspectiva feminina, enriquecendo ainda mais a narrativa construída na pesquisa. A entrevista gravada durou, no total, 53 minutos e 47 segundos.

Elson Rabelo, historiador e pesquisador do caso, foi um dos entrevistados que mais me desafiaram. Eu já estava familiarizada com alguns de seus artigos, mas sabia que abordar o tema exigiria cuidado. Nosso primeiro contato foi pelo *WhatsApp*, mediado pelo professor Josemar Martins. Enviei uma mensagem apresentando a proposta do trabalho e, logo em

seguida, ele me ligou. Elson expressou preocupações quanto à delicadeza de falar sobre o caso, especialmente por conta das ameaças que jornalistas enfrentaram ao tratar do tema no passado. Por compreender a dimensão deste trabalho e conhecer as especificidades da própria tragédia, já esperava tal dificuldade e, mesmo com receios, insisti em prosseguir. Foi preciso estabelecer uma relação de confiança e, após uma negociação cuidadosa, garanti que ele se sentisse à vontade para falar apenas sobre o contexto histórico e o impacto do desenvolvimentismo na região, deixando de lado os aspectos mais polêmicos do caso. A entrevista, realizada via *Zoom*, foi produtiva, embora, em alguns momentos, o entrevistado tenha desviado de certas perguntas de forma sutil. Durante a conversa, Elson traçou paralelos entre o crime ambiental e os ciclos de exploração que marcaram a história do Vale do São Francisco, oferecendo a contextualização necessária e desejada, além da perspectiva de um pesquisador do caso. A gravação da entrevista durou, no total, 37 minutos e 52 segundos.

Omar Babá, natural de Curaçá e diretamente envolvido nas mobilizações locais após a tragédia, também foi um contato importante. A partir da recomendação de Josemar Martins, soube que Omar possuía um valioso acervo com registros da época, como produções jornalísticas e documentos sobre o caso. Ele foi um dos principais responsáveis por contactar a imprensa nacional para reportar o despejo de vinhoto e participou ativamente dos movimentos em sua cidade. Após entrar em contato com ele pelo *WhatsApp*, marcamos uma entrevista em sua casa, onde tivemos uma conversa extensa e especialmente reveladora sobre o impacto da tragédia e a mobilização na região, já que o relato de Omar apresenta informações importantes sobre a cobertura jornalística do caso. A gravação da conversa com Babá rendeu, no total, 45 minutos e 59 segundos.

Por fim, Luiz Nova, professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e ex-deputado estadual da Bahia à época do caso, foi uma fonte importante e estratégica para esta investigação. Luiz Nova desempenhou um papel relevante no contexto histórico do caso, atuando como deputado estadual da Bahia e presidente da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente da Assembleia Legislativa à época da tragédia. Estabeleci contato com ele por meio de uma indicação também realizada pelo professor Josemar. Enviei uma mensagem pelo *WhatsApp*, apresentando a proposta do trabalho e detalhando os objetivos da pesquisa. Apesar de sua agenda apertada, conseguimos agendar uma entrevista utilizando a plataforma *Zoom*, considerando sua localização entre Cachoeira e Salvador, na Bahia. No entanto, o primeiro encontro virtual foi prejudicado por um problema técnico no equipamento do entrevistado, impossibilitando a comunicação e gerando frustração inicial. Esse contratempo, entretanto, abriu uma oportunidade muito valiosa: Nova utilizou o

intervalo até a próxima entrevista para digitalizar o relatório produzido pela comissão que presidiu. Na segunda tentativa, a entrevista foi realizada com sucesso. Já familiarizada com o conteúdo do relatório de 68 páginas, que fornecia uma base sólida para a conversa, consegui conduzir o diálogo de forma direcionada e aprofundada. A entrevista gravada com Nova resultou, no total, em 37 minutos e 29 segundos.

Por fim, visando arrematar a diversidade das narrativas a serem apresentadas no *podcast* sobre o despejo do vinhoto, buscamos contato com a principal empresa mencionada como responsável pela tragédia, a Agrovale. Esse processo envolveu algumas frustrações. O contato inicial foi feito com um assessor, após ter acesso ao seu número de telefone por meio de uma colega. Dessa conversa, surgiu o contato de outro assessor, para o qual liguei algumas vezes até ser atendida no dia 6 de maio de 2024. A conversa foi tranquila e objetiva: relembramos o episódio, apresentei a proposta do trabalho e salientei a importância de um posicionamento por parte da companhia. Ele chegou a mencionar produções sobre o acontecimento realizadas por ele à época do ocorrido. Apesar disso, me garantiu que a empresa não daria um pronunciamento sobre o caso, sob o argumento de que o evento já estava dado por resolvido.

Figura 4. Justiça comum inocenta Agrovale do desastre ecológico do São Francisco.

Juazeiro, 17/22 de dezembro de 1984

JORNAL DE JUAZEIRO

Página 5

JUSTIÇA COMUM INOCENTA AGROVALE DO DESASTRE ECOLÓGICO DO SÃO FRANCISCO



Eng9 Cid Porto mostrando os viveiros de peixes

ro, na forma da lei. Foram ouvidos no inquérito os indiciados Dr. Cid Eduardo Porto e Carlos Gilberto Cavalcante Farias, respectivamente, Diretor-Presidente e Superintendente da AGROVALE, além do prefeito Jorge Khoury, o vice-prefeito José Carlos Tanury, o chefe de limpeza pública, engenheiro Ivan Hughes de Souza e Odilon Juvino de Araújo, engenheiro de pesca da CODEVASF, que concluiu que "a causa da morte dos peixes teria sido através de envenenamento de metal pesado".

reportagem foi ter com a direção da mesma, onde, em visita à área, nos deparamos com três viveiros para a criação de peixes, num total de 10 hectares, com povoação de 6 mil alevinos de carpas para cada ha, num total de 60 mil peixes, com produção prevista para 120 toneladas nos próximos 9 meses. É o que é in-crível é que todos os alevinos estão sendo alimentados exclusivamente do vinho produzido pela AGROVALE; este projeto de piscicultura desenvolvido através de vinho é uma experiência pioneira em todo o mundo, podendo ser a solução do problema do vinho, uma vez que a matéria orgânica gerada pelas destilarias de álcool pode ser, a partir de agora, utilizada como alimento de peixes nos grandes projetos de piscicultura.

Nos três viveiros de peixes são jogados diariamente 125 metros cúbicos de vinho ou vinhaça, cuja matéria orgânica é misturada com água, numa proporção de 0,5 x 1000, a mesma que foi carregada para o leito do rio São Francisco, através do Riacho Tourão, quando da época do desastre ecológico, ficando com provado que não foi o vinho que causou a mortandade das 300 toneladas de peixes.

Abreu decretou a sentença nos seguintes termos: "Não tendo encontrado neste inquérito policial provas suficientes que me convençam, ser a AGROVALE a responsável pelo desastre ecológico ocorrido no São Francisco em março deste ano, para dar início o processo criminal, acho o parecer do Ilustre Representante do Ministério Público, mandando que baixe-se e arquite-se o presente inquérito".

A sentença da Juíza foi publicada no último dia 11, pela escrivã Carmelita Silva, dos Feitos Criminais da Comarca de Juazeiro.

SENTENÇA DA JUÍZA
Considerando o pedido de arquivamento dos inclusos autos do inquérito policial por ausência total de provas contra a AGROVALE, a Juíza Ruth de

O inquérito policial instaurado pelo CRA (Centro de Recursos Ambientais) contra a AGROVALE - Agro-Indústrias do Vale do São Francisco S/A, tendo como objetivo apurar as causas do desastre ecológico no rio São Francisco ocorrido entre 15 e 16 de março último, foi arquivado pela 2ª Promotoria Pública da Comarca de Juazeiro, por falta de qualquer prova, mesmo indiciária, capaz de responsabilizar a empresa pelo episódio. Com base no artigo 28 do Código de Processo Penal, o promotor público Agostinho Matos Filho requereu à juíza Ruth Santa Bárbara de Abreu, titular da Vara Criminal o arquivamento do processo, sob a alegação de que a AGROVALE é inocente no desastre ecológico que ocasionou a mortandade de cerca de 300 toneladas de peixes no trecho compreendido entre Juazeiro e Curuçá.

Com base nas declarações de técnicos o promotor Agostinho Matos Filho "informa com segurança, que não foi a vinhaça a responsável pela mortandade, pela intoxicação dos peixes, porque é matéria orgânica". A informação de que não foi a vinhaça responsável pela intoxicação dos peixes - lembra o especialista em pesca, engenheiro Odilon Juvino da CODEVASF, em seu depoimento à Justiça Comum - deve ao fato de que estes, no percentual de 85% era de carpi, um peixe resistente a



Nos viveiros os peixes se alimentam de vinhoto

VINHOTO COMO ALIMENTO DE PEIXES

Após o decreto da sentença da Juíza Ruth de Abreu, que arquivou o inquérito policial aberto contra a AGROVALE, por ausência total de provas contra a empresa, a nossa



Obras de construção de pocilgas, na borda dos viveiros de peixes



Vista parcial do projeto de piscicultura da AGROVALE



Carpas pescadas dos viveiros



Dois pescadores capturando peixes no leito de um dos viveiros

Fonte: *Jornal de Juazeiro*, edição de 17/22 de dez. de 1984, p. 7. Documento recebido de acervo particular. Acesso em: 6 mai. de 2024.

Para confirmar tal alegação, assegurou que me enviaria a matéria jornalística que apontava a inocência da entidade frente à responsabilidade do crime ambiental. A reportagem (figura 4) aponta o arquivamento do inquérito policial aberto contra a Agrovale por ausência de provas. O texto segue esclarecendo que o vinhoto, apesar da toxicidade, estava sendo usado em criatórios de peixes no estabelecimento da Agrovale. No *podcast*, é apresentado um fragmento da reportagem recebida.

5.3 Decupagem e elaboração dos roteiros

Inicialmente, meu desejo era construir um roteiro que desse conta de uma linguagem mais literária, menos formal. Nesse sentido, os primeiros esboços do texto guia foram construídos com expressões coloquiais, incluindo alguns dialetos como “bocado” (que, no sentido figurado, significa em muita quantidade), “arrodear” (dar a volta, ou ficar no entorno) e “curiar” (observar com curiosidade), ditos tipicamente nordestinos. No entanto, durante as orientações, foi mencionado que eu deveria explicar no roteiro e durante as gravações do *podcast* as expressões, tendo em vista que ele poderia vir a ser acessado por um público mais amplo, o que me fez seguir uma linguagem mais objetiva e direta. Apesar da adoção desta linguagem, não abrimos mão de tornar o texto descritivo e com uma narração que se aproximasse de uma fala espontânea, a fim de gerar aproximação e instigar o ouvinte.

Para a construção do roteiro tive um importante suporte do site *Cochicho*, uma ferramenta para profissionais que contam histórias através do áudio. O site dispõe de artigos super interessantes sobre a prática de produzir *podcasts* narrativos e um dos acessados por mim foi “Roteiro de podcast narrativo: três modelos para te ajudar”³. A partir disso, optei por utilizar o modelo “Linha cronológica”, citado por eles. Esse formato permite apresentar a linha do tempo do evento, partindo do passado em direção ao futuro, sem interrupções significativas ou digressões (Cochicho, 2022). De acordo com o modelo escolhido, nesse tipo de roteiro, o avanço da história ocorre por meio de elipses, que permitem transitar entre momentos relevantes sem desviar da progressão temporal.

Ainda sobre os estudos para a produção deste *podcast*, participei do minicurso gratuito “Podcast: da ideia ao streaming”, da plataforma *Co.liga Digital*, ligada à Fundação

³ Disponível em <https://cochicho.org/roteiro-de-podcast-narrativo-tres-modelos-para-te-ajudar/> Acesso em: 15 abr. 2024.

Roberto Marinho. Além disso, tive suporte do “AudioCurso”, um curso on-line da *Globo*, produzido em série de áudios sobre a produção de *podcasts*.

Assim, a construção dos roteiros seguiu o percurso esperado de idas e vindas, de insistências e desistências, de correções e aprimoramentos durante as orientações. Durante esse processo, além de discutirmos o texto que entraria como narração do episódio, também foi parte fundamental da construção do roteiro a escolha dos trechos das falas dos entrevistados, bem como a inserção de outros materiais que ajudariam a situar o ouvinte no tempo-espaço da história.

Para que o material pudesse ser decupado com maior praticidade, foram utilizadas as ferramentas de transcrição de áudio *Escriba* (paga, mas utilizei o período de teste gratuito) e *Pinpoint*, ferramenta do *Google* para jornalistas. Ao longo da graduação em jornalismo, já havia descoberto que a decupagem é um processo chato de toda produção e, com esse trabalho, não foi diferente. Esse percurso foi desafiador, especialmente, porque a história é interessante, as entrevistas foram muito ricas e esclarecedoras e condensar todo esse conteúdo em um produto que incluísse outros elementos foi uma tarefa árdua. Foi necessário desapegar de muitas informações, ainda mais considerando que as entrevistas resultaram em cerca de quatro horas de material.

A escolha do título do *podcast* ainda é algo que me intriga. Desde a elaboração do projeto de TCC, a frase “A morte mancha as águas do Velho Chico” se apresentou como um cartão-postal da narrativa. O trecho, com sua abordagem literária e metafórica, captura de maneira singular uma fração do caso que estamos contando. Este título foi extraído de uma das reportagens acessadas, sendo a grande manchete que estampou a edição de 20 de março de 1984 do *Jornal da Bahia*. Como se trata de um *podcast*, posteriormente, a ideia de utilizar esse título estava sendo revisada, por ele ser considerado longo. No entanto, na busca por um novo nome para atribuir ao produto, percebemos que todas as sugestões também resultavam em frases longas. Após muito debate e reflexão, decidimos manter o título inicial, permanecendo “A morte mancha as águas do Velho Chico”.

5.4 Gravação e edição

As gravações das entrevistas com as cinco fontes foram realizadas entre os dias 16 e 22 de abril de 2024. Já a gravação dos *offs* (referente à narração e vinhetas) e edição do *podcast* foram realizadas ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2024, compondo uma etapa desafiadora e artesanal do projeto. Cada detalhe, desde a captação inicial até os

ajustes finais, refletiu um intenso trabalho de adaptação e aprendizado. A captação das entrevistas foi feita utilizando equipamentos acessíveis, mas eficazes para o propósito da pesquisa. Para as entrevistas presenciais, utilizei meu celular Motorola E7, que atendeu às necessidades básicas de qualidade sonora. Já as entrevistas virtuais foram gravadas pela plataforma *Zoom*. No geral, a gravação das entrevistas ocorreu sem grandes problemas técnicos, exceto por um desafio enfrentado durante a entrevista com Domingos, realizada na sede da Colônia de Pescadores. Como era um espaço compartilhado, não foi possível controlar os ruídos externos, que incluíam barulhos altos e inesperados. Essa limitação impôs dificuldades à captação, mas era a única opção disponível naquele momento e foi superada dentro das condições possíveis.

A gravação da narração do *podcast* foi um processo com desafios próprios, envolvendo nervosismos, revisões e contratempos. Para garantir uma qualidade superior na captação dos *offs*, solicitei o agendamento do estúdio de rádio da UNEB, Campus III. No entanto, enfrentei dificuldades, pois o funcionário responsável pelo estúdio estava de licença no período em que fiz a solicitação. Como alternativa, foi necessário contar com a ajuda de um funcionário do laboratório de informática do Departamento de Ciências Humanas, que assumiu a tarefa temporariamente.

Esse funcionário precisava se dividir entre dois setores, localizados em departamentos diferentes - já que o estúdio de rádio está localizado no Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais. Isso tornou difícil encontrar horários disponíveis para a gravação. Depois de algumas tentativas frustradas, optei por aguardar o retorno do funcionário oficial.

Quando ele voltou, conseguimos gravar dois episódios em um único dia e reservamos outro dia para gravar o terceiro. Com o acirramento dos prazos e o volume de demandas pessoais, pensei em realizar a edição no próprio estúdio de rádio, sob a responsabilidade do funcionário. No entanto, surgiu outro imprevisto: ele estava sendo transferido para outro setor, o que deixou o estúdio sem ninguém para assumir a edição. Diante disso, decidi retomar a ideia inicial e encarar o desafio de realizar a edição por conta própria, o que acabou sendo uma experiência desafiadora, mas muito significativa na minha trajetória.

A edição do *podcast* apresentou um percurso metodológico próprio, marcado por desafios técnicos e pela busca de soluções criativas. Desde o início, principalmente diante das dificuldades encontradas, optei por realizar a edição pessoalmente, visando não apenas economizar recursos, mas também me aprofundar no processo criativo e adquirir uma nova habilidade. Para isso, recorri ao laboratório de redação do Campus III da Uneb, uma vez que meu notebook pessoal não suportava os requisitos técnicos para edição de áudio. O

laboratório, equipado com computadores de bom desempenho e bons programas de edição, embora desatualizados, tornou-se o meu principal espaço de trabalho. Durante a graduação, não tive oportunidades de contato com programas de edição de áudio, minha primeira experiência ocorreu em 2019, durante um estágio na Rádio Tropical Sat FM, em Juazeiro, onde usei o *Audacity* de forma bastante básica. Apesar do tempo transcorrido desde então, comecei o projeto confiante, mas rapidamente percebi a complexidade envolvida. O programa não oferecia muitos recursos para a edição do *podcast*, então resolvi partir para outra opção.

Para a edição inicial, escolhi a plataforma *Sound Forge 9.0*, com a qual tinha pouquíssima familiaridade. A curva de aprendizado foi íngreme, e, mesmo após horas de experimentação e pesquisas no *Google* e no *YouTube*, enfrentei uma infelicidade: a perda completa do projeto do primeiro episódio devido a um erro técnico. Essa situação foi profundamente frustrante, mas me incentivou a buscar alternativas.

Decidi, então, migrar para o *Adobe Audition*, um *software* no qual eu não tinha qualquer experiência prévia. Apesar de a interface parecer estranha à primeira vista, tutoriais encontrados no *YouTube* ajudaram a desmistificar o processo, e consegui adaptar minha compreensão básica de edição no *Premiere*, também da *Adobe*, para intuir algumas operações. A primeira tarefa foi separar todas as sonoras. Nos roteiros, esses trechos das falas dos entrevistados foram identificados com códigos, como “EP1-01” (indicado para a sonora 01 do episódio 1), por exemplo, a fim de facilitar a montagem do *podcast*. Para esse procedimento foram necessários dois dias. O processo de recorte incluiu o tratamento dos áudios dos entrevistados. A partir disso, seguimos para o design efetivo do produto.

A escolha da trilha sonora, elemento de extrema importância para o *design* sonoro do *podcast*, foi feita de forma cuidadosa ao longo do ano, reservando raros momentos de tranquilidade, a fim de encontrar os sons que melhor refletissem a narrativa desejada. Destaca-se, a esse respeito, que foram utilizadas trilhas com acesso aberto e gratuitas.

A experiência de edição foi intensa e demandou longas horas no laboratório de redação, onde passei mais tempo do que em minha própria casa durante esse período. Foi um trabalho artesanal, repleto de experimentações e muitos desafios, mas que resultou em um aprendizado incontestável, pessoal e profissional, e em um produto final que reflete todo o empenho e dedicação investidos.

5.5 Divulgação

A etapa de divulgação, um componente estratégico do projeto, é importante para garantir que o conteúdo produzido alcance o público, seja lançado à luz e promova o impacto projetado, mesmo se considerando o receio que envolve esse processo, tendo em vista o fato do produto desenvolvido trazer à tona um acontecimento que envolve grandes empresas e tratar de um assunto que, não raro, ainda buscam silenciar.

Com efeito, a ideia é disponibilizar o *podcast* em plataformas de *streaming*, tais como *Spotify* e *Deezer*, por serem acessíveis e populares entre o público interessado em conteúdo de formato longo e reflexivo. A escolha dessas plataformas também visa atingir uma audiência diversificada, incluindo estudantes, professores, pesquisadores, e pessoas interessadas em questões históricas, ambientais e jornalísticas.

Para ampliar ainda mais o alcance, o *podcast* também será publicado, posteriormente, no *YouTube*. De acordo com o site BackLinko (2024), o qual produziu extenso artigo sobre o uso da plataforma, o *Youtube* é amplamente popular entre diferentes faixas etárias, e se destaca especialmente entre jovens adultos e adultos de até 55 anos, que representam a maior parte de seus usuários ativos⁴. Ainda de acordo com o artigo, cerca de 47% da população global presente na internet está no *YouTube*. Apesar de sua alta adoção entre os mais jovens, a plataforma também é uma ferramenta relevante para alcançar audiências diversificadas, graças à sua presença em todas as classes sociais e ao acesso facilitado a conteúdos informativos e educativos. Com isso, pretende-se ampliar a democratização do acesso às informações apresentadas neste *podcast*.

5.6 Descrição e análise dos episódios

Para a estrutura narrativa do *podcast*, optou-se por produzir três episódios, cada um com duração aproximada de 20 minutos, quantidade e tamanho considerados ideais para aprofundar sem perder o dinamismo. Esse formato também permite apresentar o caso de forma organizada e concisa, ao dividir a história em três arranjos. A partir da pesquisa documental e bibliográfica, pensamos em construir cada episódio a fim de explorar aspectos do ocorrido que se complementam, desde a contextualização inicial do acontecimento até os impactos de longo prazo e os seus desdobramentos buscando trazer uma abordagem aprofundada, analítica e reflexiva. Cada episódio do *podcast* aborda temáticas específicas:

⁴ YouTube Stats: How Many People Use YouTube? Disponível em: <https://backlinko.com/youtube-users>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Episódio 1: introdução ao caso e contexto histórico; Episódio 2: impactos ambientais e sociais do despejo; Episódio 3: ações legais e lacunas na responsabilização.

Para a construção do episódio 1, denominado como “O despejo de vinhoto”, objetivamos situar o ouvinte no tempo e no espaço do ocorrido. A abertura é marcada pela leitura de manchetes marcantes de reportagens da época sobre o caso, que ajudam a delinear a grandeza do ocorrido. Essa introdução é reforçada por trechos de reportagens extraídos de acervos históricos já mencionados, conferindo um tom documental, além de ajudar a contextualizar os acontecimentos, apresentar informações indispensáveis de forma literal e a situar cronologicamente a tragédia ambiental.

As memórias das testemunhas da tragédia ganham destaque no primeiro episódio da série, como as entrevistas de Domingos Matos (pescador de Juazeiro), Maria Rita Amaral Assy, “Maíta” (ativista de Juazeiro e integrante do Movimento de Defesa do São Francisco) e Omar Babá (comunicador de Curaçá). Os relatos dos entrevistados que vivenciaram o caso foram privilegiados neste episódio, a fim de realçar as sensações sobre o acontecimento. As narrativas dessas fontes oferecem uma perspectiva pessoal e emocional do desastre, ampliando a compreensão dos impactos iniciais para as comunidades afetadas. Ao longo do episódio, a narrativa interliga essas histórias com as informações obtidas em jornais da época, criando um panorama multifacetado do evento, sobretudo, por ser composta por fontes diversas, que oferecem perspectivas particulares sobre o caso, mas que convergem informações. O episódio tem duração de 16 minutos.

No segundo episódio, a narrativa avança para explorar os aspectos históricos e políticos que contextualizam o crime ambiental. A transição do Brasil da Ditadura Militar para a redemocratização, bem como o processo constituinte, são apresentados como pano de fundo para entender as dinâmicas de poder e os interesses envolvidos. O episódio também aborda o modelo de desenvolvimento econômico adotado na região, destacando a chegada da Agrovale e as desapropriações de terras para a implantação das usinas de cana-de-açúcar. Essas informações são enriquecidas por percepções do pesquisador Elson Rabelo, que fornece uma análise histórica e crítica sobre o impacto desse modelo no Vale do São Francisco. Outro foco importante é o papel dos movimentos sociais na mobilização por justiça. Os relatos de manifestações e documentos históricos são apresentados, evidenciando a intensa cobrança popular pela responsabilização dos envolvidos. Entrevistas com Maria Rita Assy, integrante do Movimento de Defesa do São Francisco, e Omar Babá, comunicador de Curaçá, trazem perspectivas pouco exploradas sobre a organização e o alcance dessas mobilizações. O episódio tem duração de 17 minutos e 39 segundos.

O episódio final, com duração de 15 minutos e 37 segundos, se concentra em apresentar, segundo os documentos da época, o responsável pelo despejo e mais detalhes sobre as investigações; atentando para as consequências socioambientais do caso e as reflexões sobre a impunidade dos crimes ambientais no Brasil. Luiz Nova, então presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia, ofereceu uma contribuição indispensável sobre o caso, com uma análise sobre o arquivamento do processo e o panorama da política estadual à época. A participação de Nova conferiu uma perspectiva primordial ao episódio: a experiência direta no cenário político. A discussão se expande ao traçar paralelos com outros crimes ambientais emblemáticos, como Mariana e Brumadinho, também sem punição efetiva. Além disso, são apresentados trechos do relatório da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente dos deputados da Bahia, responsável por investigar minuciosamente o crime ambiental. Também buscamos denunciar o silenciamento do caso nos anos subsequentes e os desdobramentos sociais. A discussão se amplia para incluir questões sobre os aprendizados e avanços possíveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, produzir ciência se mostrou um verdadeiro labirinto que, apesar da aflição que é estar em um destes, o trajeto recheado por novos caminhos e descobertas permite que esta ainda seja uma experiência empolgante e prazerosa.

Ademais, finalizar a graduação com um Trabalho de Conclusão de Curso que tem suas raízes em um projeto de Iniciação Científica - programa responsável por abrir os caminhos do/a pesquisador/a no universo acadêmico - é especialmente gratificante. É realmente como um ciclo que se desenvolve, sem se encerrar, já que não pretendemos esgotar o tema por aqui. É uma demonstração de que o meu processo de iniciação à ciência fez sentido e não foi em vão, pelo contrário, forneceu mais que um importante subsídio para que eu concluísse esse trabalho, tanto em termos de conhecer procedimentos científicos, como na própria resiliência que se adquire - de forma quase inerente - ao “fazer pesquisa”.

Trabalhar com um caso que afetou profundamente o Sertão do São Francisco, banhado pelo rio que me acolheu como filha é, sem dúvida, um aspecto satisfatório e recompensador. É uma tentativa de retribuir ao espaço que me forma, que me alimenta com sua cultura, seus afetos e suas estruturas, algo que se aproxime de justiça social. É um esforço para deixar uma marca para que as futuras gerações encontrem sentido em visitar a história e, assim, criem formas de superar o passado - não o esquecendo, mas o transformando em aprendizado para o futuro.

Este trabalho apresenta, de forma inédita, as memórias das pessoas afetadas pela então conhecida como maior tragédia da história do rio São Francisco, o despejo de vinhoto, um produto tóxico, que matou centenas de toneladas de peixes no “Grande Rio” em 1984. Apresentar esses relatos em uma obra sistematizada com profundidade e cuidado é como uma abertura de caminhos para a compreensão, análise e reflexão sobre episódios de degradação ambiental que não são incomuns no Sertão do São Francisco. Além disso, permite demarcar um acontecimento no espaço-tempo e contexto ocorrido a fim de gerar comparações com outros episódios recentes, como o novo caso de mortandade de peixes que ocorreu em 2023, quando este Trabalho de Conclusão de Curso estava na fase de projeto. Naquele momento, no dia 5 de novembro de 2023, “passou um filme na cabeça”, e pude coexistir com uma tragédia parecida com a que eu estudava.

Pensando na importância de uma cobertura jornalística que trate das questões ambientais com profundidade, senso crítico e compromisso com a sociobiodiversidade, este trabalho buscou contribuir de forma direta nesse campo. Ao olhar com atenção e cuidado

para o Território do Sertão do São Francisco, o objetivo foi preencher uma lacuna importante: a pouca presença dessa região nas produções jornalísticas que circulam pelo Brasil. É fundamental que jornalistas contem as histórias do lugar onde vivem, criando conteúdos que realmente dialoguem com a população local e também com aqueles que pouco conhecem as particularidades de áreas menos abordadas pela grande mídia.

Além de ampliar o debate sobre questões ambientais e a cobertura jornalística voltada para o Território do Sertão do São Francisco, este trabalho também fomentou a discussão acerca da Convivência com o Semiárido, atendendo a uma das demandas centrais e pioneiras do Departamento de Ciências Humanas do Campus III da Uneb. A análise do episódio estudado trouxe à tona as especificidades dessa região, contribuindo para uma Educação Contextualizada que valorize as particularidades culturais, sociais e ambientais do Semiárido brasileiro. Assim, o trabalho dialoga diretamente com os objetivos de promover uma formação crítica e contextualizada, reforçando o compromisso da Uneb com iniciativas nesse campo.

Aqui se fez de extrema importância lançar à luz um crime ambiental que é pouco conhecido, explorado ou até mesmo falado entre as pessoas, o que revela um receio em confrontar a autoridade projetada sobre agroindústrias instaladas no sertão nordestino. A fim de contrariar este senso comum, apresentar o episódio de despejo de vinhoto no rio São Francisco, ocorrido em 1984, sobretudo o caracterizando como um crime ambiental, foi um importante objeto de denúncia sobre essa prática de silenciamento que se tornou sistemática na história do Brasil.

Por fim, ao explorar um formato de mídia emergente, como o *podcast*, o qual aponta para um cenário otimista no mercado brasileiro, é possível considerar a abertura de possibilidades para uma recém-formada em jornalismo. Além disso, este objeto de estudo não foi abordado anteriormente em Trabalhos de Conclusão de Curso de Jornalismo em Múltiplos Meios na Universidade do Estado da Bahia, Campus III, revelando seu ineditismo e necessidade de ser discutido nesse momento de importantes mudanças ambientais.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Simão Farias; SILVA, Angela Maria (org.). **Mídia, informação e meio ambiente**. Boa Vista: EDUFRR, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 177º da Independência e 110º da República, 13 fev. 1998.
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 03 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160º da Independência e 93º da República, 2 de set. de 1981.
- BORBA, Francine Ribeiro. Análise do crime ambiental Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Disponível em:
<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta> ISSN 2177-1642 Macapá, n. 7, p. 35-47, 2015
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.
- _____. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. In: **C&S**. São Bernardo do Campo, v. 39, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2017
- CALEGARI, Lizandro Carlos. O apagamento da história como estratégia de controle social: uma leitura de Quatro-olhos, de Renato Pompeu. **Revista Línguas&Letras**. Dossiê: Linguagem, literatura e autoritarismo. Cascavel: v. 6, n. 10, 1ª sem. 2005, p. 73-85.
- CORAZZA, Rosana Icassatti. Impactos ambientais da vinhaça: controvérsias científicas e lock-in na fertirrigação?. In: **XLIV Congresso da Sober**. Fortaleza, 2006.
- DESMATAMENTO, queimadas e retração da superfície da água aumentam o risco de desertificação da Caatinga. **Mapbiomas Brasil**. Disponível em:
<<https://mapbiomas.org/desmatamento-queimadas-e-retracao-da-superficie-da-agua--aumentam-o-risco-de-desertificacao-da-caatinga>>. Acesso em: 20 maio 2023.

DETONI, Márcia. **Afinal, o que é um radiodocumentário?**. 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/44883966/AFINAL_O_QUE_%C3%89_UM_RADIODOCUMENTO%C3%81RIO>. Acesso em: 9 jul. 2023.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Fantasmagorias do tempo: apagamento da memória e invenção da história no espaço brasileiro. **Boletim de Pesquisa NELIC**, v. 18, n. 29, 2018.

FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GALEFFI, Dante Augusto. O anti-intelectualismo nazi-capitalista emergente e o papel do conhecimento científico, filosófico, artístico e místico como resistência crítica e criadora na difusão social do conhecimento. In: **Revista de Ciências Humanas e Sociais - Sul Sul**, 2019. p. 7-24

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed. 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

HOLANDA, J. S. P.; KÄÄPÄ, P.; COSTA, L. M. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, São Paulo, v. 45, e2022109, 2022. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3858/2712>

KEMP, Simon. Digital 2023 deep-dive: o áudio online capta mais nossa atenção. **DataReportal**. Disponível em:

<https://datareportal.com/reports/digital-2023-deep-dive-online-audio-captures-more-of-our-attention> Acesso em: 10 jul. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEMOS, André. Podcast: emissão sonora, futuro do rádio e cibercultura. **Radiofonias – Revista De Estudos Em Mídia Sonora**, v. 15 n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/7303>. Acesso em: 5 nov. 2024.

LÓCIO, Airson Bezerra. **Além da Califórnia**. Brasília: Nda, 1999.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. **Observatório (OBS) Journal**, vol.9 - nº2, 119-132, 2015.

MARQUES, Helen Mari de Sá Maynardes. Vinhoto da cana-de-açúcar: Aproveitamento e impactos ambientais na região de Ibaiti/PR. Monografia (Especialista na Pós-graduação em Ensino de Ciências) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Ibaiti: 2013.

MARTINO, Luis Mauro Sá; SILVA, Lídia Rogatto e. Paradoxos e fronteiras éticas do jornalismo investigativo na doutrina jornalística brasileira. **Revista Comunicação Midiática**, v.8, n.1, pp.13-29, jan./abr. 2013.

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana Aracelly Lima; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves. Breve Descrição do Proálcool e Perspectivas Futuras para o Etanol Produzido no Brasil. In: **SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MODEFICA. **Jornalismo e Engajamento Climático**. São Paulo, 2022.

PINZOH, Josemar Martins. **Pesquisa-criação: uma experiência com escrita docente autobiográfica**. Salvador: Eduneb, 2012.

PRIMO, Alex. Para além da emissão sonora: as interações no podcasting. **Radiofonias – Revista De Estudos Em Mídia Sonora**, v. 15 n. 1, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/7389>. Acesso em: 5 de nov. 2024.

RABELO, Elson de Assis. Imagens narrativas da catástrofe: outras memórias do desenvolvimento no vale do São Francisco. In **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 12, n. 1, jan.-jul., 2019, p. 58-71.

RAVAGNOLI, Neiva C. da S. Rego. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. In: **The ESpecialist**, v.39, n. 3, 2018.

Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/2318-7115.2018v39i3a2>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RELLSTAB, Clara Cavalcanti. Audiodocumentário na era dos podcasts: um estudo de caso sobre "Praia dos Ossos" e "Retrato Narrado". In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2021.

ROVAROTO, Isabela, 2022. O Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo.

Exame. Disponível em:

<<https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, Zineide Pereira dos; BORTOLIN, Sueli; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Entrevista narrativa: possibilidades de aplicação na Ciência da Informação. **REBECIN**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 44-66, jul./dez. 2019.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo**: novos desafios. Revista Imes. julho/dezembro, 2004, p. 41-46.

_____. **Jornalismo Investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.

SETOR de produção de Podcast está em expansão no Brasil. Confira dicas do Sebrae!

Agência Sebrae. Disponível em:

<<https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreededora/entretenimento/setor-de-producao-de-podcast-esta-em-expansao-no-brasil-confira-dicas-do-sebrae/>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SOUZA, Jefte Moraes. **Educação contextualizada**: interações e contexto na aprendizagem (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.

USO da vinhaça na cultura da cana-de-açúcar. **Novacana**. Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/uso-vinhaca-cultura>. Acesso em: 03 dez. 2024.

VIANA, Luana. O áudio pensado para um jornalismo imersivo em podcasts narrativos. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2020.

TERRA Roubada. Direção de Peter von Gunten. Zurique: SUISSIMAGE; Filmproduction, 1980. 1 vídeo (55min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kFfzEiKfQcY>. Acesso em: 15 ago. 2020.

8 APÊNDICES

8.1 Roteiros do *podcast*

EP #01 - o despejo tóxico no rio

[BG de abertura: trilha instrumental “Midnight Landing Unfinished” + efeito de rádio antigo para leitura das manchetes]

Ler manchetes: Jornal O Globo, 18 de março de 1984: “*Morrem 500 toneladas de peixes no São Francisco*”⁵. Jornal da Bahia, 20 de março de 1984: “*A morte mancha as águas do Velho Chico*”⁶. Jornal Rural, abril de 1984: “*Foi o maior desastre ecológico de toda a sua história*”⁷. [Efeito de clique mecânico de gravador para transição + efeito de páginas de jornal sendo viradas]

[Mantém BG suspense]

[Paisagem sonora: manhã às margens do rio (canto de pássaros, água corrente)]

Março de 1984. Era uma manhã como outra qualquer na comunidade ribeirinha do Angari, bem ali, às margens do Rio São Francisco, em Juazeiro, sertão da Bahia.

[som de passos + som ambiente do rio]

O jovem pescador Domingos seguia sua rotina. Ele tinha saído cedo para armar o covão, uma armadilha de bambu que funciona como uma ratoeira, só que para fisgar peixes.

[BG tensão sutil + murmurinho de vozes]

Lá pelas 10 da manhã, Domingos descia o rio, perto do distrito industrial de Juazeiro, quando notou algo estranho. E ele não foi o único. Outros pescadores também começaram a comentar. Era algo fora do comum, bem fora do comum mesmo.

[BG tensão crescente + textura de água do rio]

De repente, o rio virou um cemitério. Centenas de toneladas de peixes mortos começaram a boiar.

⁵ Jornal O Globo, 18 de março de 1984. Acervo Dom José Rodrigues.

⁶ Jornal da Bahia, 20 de março de 1984, Acervo Dom José Rodrigues.

⁷ Jornal Rural, 1 a 7 de abril de 1984. Acervo Dom José Rodrigues.

[Som ambiente do rio, fluxo da água]

Surubins, dourados, caris... todas aquelas espécies enormes, de fundo de rio, flutuavam com a boca aberta e os olhos esbugalhados.

E, como você deve imaginar, não era só o visual que incomodava. A podridão tomou conta de tudo.

[aumento gradual do BG tensão]

Naquele dia, o Velho Chico, como a gente carinhosamente chama o São Francisco, um dos maiores rios do Brasil e da América do Sul, viveu o maior desastre ambiental de sua história. Mas você já ouviu falar desse caso? Não? Por que será, hein?

[BG original da série – inicia e mantém]

Vinheta: *Eu sou Glícia Barbosa e esse é o podcast “A morte mancha as águas do Velho Chico”. Em três episódios, você vai conhecer o desastre ecológico que ficou marcado no imaginário popular como o pior da história do Rio São Francisco. Vamos mergulhar fundo na tragédia, suas causas e consequências, e entender como o rio, um símbolo de vida, foi transformado em um dos maiores desastres ambientais de todo o Brasil.*

[BG original + ambientação para criar imersão]

Entre os dias 13 e 15 de março de 1984, algo realmente grave aconteceu. Uma enorme quantidade de vinhoto – um resíduo tóxico da produção de álcool de cana-de-açúcar – foi despejada no riacho Tourão, que deságua no São Francisco, lá em Itamotinga, distrito de Juazeiro.

[Mantém ambientação sonora]

A chuva daquela semana espalhou o vinhoto por cerca de 700 quilômetros do rio. Você consegue imaginar o impacto disso? Cidades inteiras na Bahia, Pernambuco e Alagoas ficaram sem água potável por dias. Quem viu aquilo nunca esqueceu: toneladas de peixes mortos boiando, e um cheiro insuportável que tomava conta de tudo.

[BG tensão]

[Efeito sonoro para leitura de reportagem]

“A região do submédio São Francisco, compreendida no eixo Paulo Afonso, foi surpreendida no último fim de semana com um fenômeno ecológico nunca antes registrado. Na última quinta-feira, dia 15, quando o sol despontava no horizonte, a pequena cidade de Curaçá assistia sobressaltada a descida de toneladas de grandes peixes mortos, trazidos pelas águas do rio São Francisco. No momento, tudo não passou de comentários e admiração. Porém com o passar das horas o estranho desfile continuava, e daí, o início das especulações sobre a poluição do rio”.

[Fade-out do efeito anterior]

[Efeito de jornal sendo folheado]

Esse é um trecho da reportagem do jornal Gazeta do Vale, publicada na página 3, em 17 de março de 1984.

Agora, para você ter uma ideia, em 1984 Juazeiro era bem diferente. Poucos carros circulavam pelas ruas, e as pessoas se moviam mais de bicicleta ou a pé. O rio tinha um cais, mas não era muito usado para banho.

[BG impacto breve e seco para suspense]

Naquela época, a cidade ainda estava sendo moldada pela chegada da Agrovale, uma das maiores empresas de cana-de-açúcar da região. Ela tinha se instalado ali em 1972, como parte de um grande projeto de desenvolvimento econômico para o semiárido brasileiro.

[Mantém BG anterior]

Em 1984, doze anos depois da instalação dessa indústria, centenas de toneladas de peixes apareceram mortos no rio. Foi uma tragédia sem precedentes. E o mais assustador? Hoje, quase ninguém se lembra disso.

[Fade-out do BG]

Eu fui conversar com quem viveu aquilo. Um deles foi Domingos, pescador e fundador da Colônia de Pescadores de Juazeiro. Ele cresceu na comunidade do Angari, aquela que eu mencionei lá no início.

Aquele dia, de março de 1984, ainda está muito vivo na memória dele.

[Inicia sonora da entrevista]

Glicia: *eu gostaria de saber se o senhor se lembra desse episódio aqui, ó [pego os papéis] Deixa eu caçar aqui uma foto melhor... Em março de 1984... [ele me interrompe] Domingos: Lembro, oxe... Glicia: aconteceu um desastre... [ele me interrompe novamente]*

Ele ficou muito empolgado quando viu as fotos e reportagens que levei para mostrar para ele...

Domingos: *ó, você... você adquiriu uma relíquia... que eu digo só sabe disso aqui eu e outro pescador aqui. [G] Porque só sabe vocês dois?*

Como eu mencionei, esse acontecimento foi enterrado na história da região e de todo o país. Mas, pedi para que continuasse.

Domingos: *Esse dia era uma podridão, [...] todas espécies de peixe, nós não via a água, nós só via os peixes de cima do Rio, de todas as espécies, Surubim, Dourado...*

A memória da podridão nos dias da tragédia marcou minha conversa com Domingos...

[Pausa breve + transição sonora + retorna BG original]

Maíta: *O pessoal de Curaçá – porque aqui os peixes não morreram, porque foi do Riacho Torão para baixo – tinha visto uma manta de peixe, aquela coisa preta, descendo o rio. Tinha surubim de dois metros. Os peixes imensos. E "o que foi, o que foi". Começou todo mundo a ir atrás de ver.*

Em outro canto de Juazeiro, a recém formada em Psicologia, de quem você acabou de ouvir a voz, Maria Rita Assy, mais conhecida como Maíta, vivenciou um momento histórico na cidade em que ela escolheu morar. Natural de São Paulo, Maíta chegou a Juazeiro em 1982, dois anos antes da tragédia que eu tô contando aqui.

[Som ambiente de manifestação – gritos e aplausos ao fundo]

Ela tinha 25 anos na época e já era muito engajada em movimentos sociais. Enquanto o Brasil vibrava com as manifestações das Diretas Já, Maíta estava lá, participando ativamente.

Maíta: *A gente ficou sabendo depois que, no país todo, estava assim pelas Diretas. Ai, quando a gente amanhece, acho que foi 14 ou 17 de março... Lembro dessa agitação, até*

cheguei a escrever coisas, como uma coisa muito forte, muito perturbadora. Todo mundo ficou bastante abalado. Aí começamos a fazer um movimento...

Agora, aqui vai uma curiosidade: nem mesmo os registros da época conseguem cravar com precisão quando tudo começou. Foi entre os dias 13 e 15 de março, mas os detalhes ainda geram debate.

[transição com BG original]

E aí, com o desenrolar da história, alguns acreditavam que uma barragem de vinhoto tinha se rompido. Outros, que o despejo foi intencional.

Maíta: *A gente soube que tinha rompido uma barragem, porque, na produção da cana-de-açúcar, você tem um litro de álcool para... Parece que era 13. Não lembro mais esses números, mas fomos pesquisando.*

Maíta: *Só que era a época de desova dos peixes. Então, um peixe tem, por instinto, subir o rio. Ele não tem aquele negócio... Opa, vem um vinhoto, deixa eu cair fora. Não. Ele seguia adiante. Então, eram enormes. Eram peixes adultos, imensos.*

[BG tensão]

Pra quem não sabe, o vinhoto é extremamente tóxico. Quando lançado em grande quantidade, ele suga todo o oxigênio da água, sufocando peixes e outras formas de vida. Imagine um líquido escuro, grosso e com um cheiro horrível - pois é, foi isso que invadiu o rio São Francisco naquela época.

[Mantém BG atual]

Como eu mencionei, o vinhoto é um resíduo da produção de álcool a partir da cana-de-açúcar e, em Juazeiro, falou em cana-de-açúcar, automaticamente vem um nome na cabeça: o da Agrovale. Essa empresa está no centro de boa parte dessa história, e você ainda vai ouvir muito sobre ela nos próximos episódios.

[Pausa breve + transição sonora para mudança de tema]

Pesquisei jornais da época e encontrei cerca de dez publicações, de diferentes níveis de circulação - local, regional e nacional - que noticiaram a tragédia no Rio São Francisco. As

manchetes iam de reportagens completas a notas mais curtas, mas todas tinham algo em comum: muitos boatos. Diversas hipóteses foram levantadas para explicar o desastre, mas poucas respostas concretas apareceram.

[BG para pontuar mudança]

Imagine, toneladas de peixes mortos terem aparecido no rio São Francisco de um dia para o outro só podia ter causado um enorme burburinho mesmo. E teve gente que até pensou que era praga...

Domingos: *Foi, quando acordei, né, já... nós já vimos e outros pescadores e a notícia já tava rolando... os pescador... que tem pescador que pesca a noite toda e vinha, aí já veio com a notícia. Muitos é... desinformado, não sabia que era barragem... veneno... outros diziam que era até praga, não tinha conhecimento.*

Como dá pra imaginar, a tragédia não se limitou à morte dos peixes. O desastre atingiu cidades inteiras, como Curaçá, Juazeiro, Rodelas, Chorrochó e Paulo Afonso, na Bahia, além de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco e Cabrobó, em Pernambuco.

Sem água potável e sem energia, muitas comunidades ficaram em desespero. E, para piorar, algumas famílias, por necessidade, chegaram a consumir ou vender os peixes mortos.

Em trecho de uma reportagem, chamado “A pesca continua”, foi dito que alguns ribeirinhos estavam pegando os peixes mortos, que pareciam ainda em bom estado, tanto para consumir quanto para vender.

[Efeito sonoro de rádio antigo para leitura de reportagem]

“Há mais cidades que podem ser incluídas nesse rol, de diferentes maneiras, como Juazeiro: ali, Valter Clarindo da Silva “achou de comer na feira livre um ‘Cari’ pescado nas águas poluídas do São Francisco e acabou morrendo intoxicado. Ele foi, até aqui, a primeira vítima fatal que se teve notícia, mas ninguém garante que outras pessoas ainda não tenham morrido”.

[Transição fade-in para próximo trecho]

Omar Babá: *Então, a primeira questão foi tentar se descobrir o que tinha causado aquele desastre, porque foi algo que assombrou. Não dava para se tratar do assunto regionalmente. E aí a gente conseguiu levar a importância da coisa para a imprensa nacional.*

A voz que você acabou de ouvir é de Omar Babá, comunicador, nascido e criado em Curaçá, uma das cidades mais afetadas pelo desastre. Ele vivenciou intensamente esse acontecimento.

Omar Babá: *O fato em si já foi tão relevante que era impossível não se olhar, não se atentar para o que aconteceu. Então, até jornais como a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Jornal da Tarde, que era o maior jornal do Nordeste, editado na Bahia, todos esses jornais se interessaram e mandaram jornalistas, repórteres, para cobrir o evento.*

[BG dramático]

Em meio ao caos e à incerteza, a população ribeirinha do Rio São Francisco enfrentava uma crise sem precedentes, enquanto as autoridades buscavam desvendar um dos piores desastres ambientais da história do Brasil.

Omar Babá: *Foi assim, de um impacto muito grande. Porque a gente nunca tinha visto aquilo. E, de repente, você começa a ver a água absolutamente tomada de peixes mortos. E, principalmente, a dúvida, o que causou isso? Não se tinha ideia do que poderia ter causado. O medo, inclusive, de que tivesse sido algo dentro da própria água, que tivesse... Todas as conjecturas e todos os medos.*

[Som de impacto seco e grave após fala de Omar]

Conflitos de interesse, acusações e hipóteses mal explicadas alimentaram a desconfiança da população. Era um disse-me-disse que parecia não ter fim. Até hoje, pouca coisa foi esclarecida.

[Retoma BG original da série]

O caso teve sérios desdobramentos. No entanto, não se tratava de uma situação isolada e fora de contexto. O momento histórico da época do acontecimento, marcado pela ditadura militar e o desenvolvimentismo foram fortes influências.

[Aumenta intensidade do BG original]

No próximo episódio, vamos mergulhar no contexto histórico daquela época. Vamos entender como o cenário político e social influenciou os desdobramentos dessa tragédia. Quer saber? Então, segue com a gente. Essa história ainda tem muito pra contar.

VINHETA: *Você ouviu o podcast “A morte mancha as águas do Velho Chico”. Esta produção é resultado de um Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo em Mídias, da Universidade do Estado da Bahia, Campus Juazeiro. Roteiro, produção, pesquisa, edição, mixagem e apresentação por Glícia Barbosa. Supervisão de Geilson Fernandes.*

[BG e encerra]

EP #02 - a luta

[BG de abertura: trilha instrumental “Midnight Landing Unfinished”]

Em meados dos anos 80, o Brasil vivia uma transição importante. Depois de duas décadas de Ditadura Militar, o país começava a caminhar em direção à reabertura política.

[Trecho de “Caminhos da reportagem” – 15:40-15:47]

A Constituição Federal que conhecemos hoje estava sendo elaborada, e a sociedade protestava por direitos e liberdade. Movimentos como o “Diretas Já” ganhavam força, cobrando eleições diretas para presidente.

[Trecho de “Caminhos da reportagem” – 15:40-15:47]

[Transição sonora curta]

O sertão do Brasil, incluindo Juazeiro, fazia parte de um plano desenvolvimentista voltado para o Nordeste. Em tese, esse projeto pretendia modernizar e impulsionar a economia da região com a chegada de grandes indústrias. E o rio São Francisco seria a fonte de alimento para esse plano.

[Inserir trecho do documentário “Terra Roubada” (ajustar duração para início em 2:06)]

[Trecho do documentário “Terra Roubada” - 6:20 - 6:45]

[Trecho do documentário “Terra Roubada” - 7:51 - 8:15 - 8:30]

Os trechos que você ouviu são do documentário “Terra Roubada”, lançado em 1980. O filme retrata a construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia, pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, a Chesf, criando um dos maiores lagos artificiais do mundo.

Mas, nem tudo são flores. Por mais que promettesse modernidade e progresso, os custos desse projeto nem sempre foram tão bons assim para as comunidades locais. Por muitas vezes, esse desenvolvimento econômico vinha acompanhado de grandes prejuízos sociais e ambientais.

Essa construção estava ligada a projetos de irrigação que seguiam ali os mesmos padrões de ocupação, que, você ouviu, foram um tanto cruéis.

[Pausa breve para impacto]

Milhares de famílias foram obrigadas a vender seus terrenos a preços baixíssimos e enfrentar um futuro incerto, tudo com o apoio do Estado brasileiro.

[Som de protesto, com vozes e gritos]

Vinheta: *Esse é o podcast “A morte mancha as águas do Velho Chico”. Eu sou Glícia Barbosa, e no episódio anterior nós apresentamos o desastre ecológico conhecido como o pior da história do Rio São Francisco. Agora, vamos buscar entender o contexto político da época e começar a desvendar este caso emblemático.*

[Trecho do documentário “Terra Roubada” - 12:37 - 13:07]

Esse foi o discurso de Mário Andreazza, então Ministro do Interior.

[Pausa curta para mudança de seção]

Assim como a construção da Barragem de Sobradinho, a chegada da Agrovale em Juazeiro, em 1972, trouxe promessas de progresso e emprego para a região. Não sei se você se lembra, mas a Agrovale é uma grande empresa produtora de açúcar e álcool. Eu falei dela no primeiro episódio dessa série.

[Inserir VT institucional – 30s]

Mas, para que a empresa pudesse se instalar e expandir, sua chegada em Juazeiro contou com algumas expulsões.

[Trecho do documentário Terra Roubada - 16:21 - 16:44]

Esse foi o modelo de desenvolvimento adotado, focado em grandes empreendimentos, que não atendia às necessidades e os direitos das populações locais.

[Trecho documentário Terra Roubada - 14:49 - 15:09]

[áudio de entrevista com Elson Rabelo]

Elson: *[...] é importante perceber como esse processo de desenvolvimento ou de chamado de progresso... Eu tô usando conceitos da época, [...] mas conceitos que, necessariamente, não tem tanta participação social. Claro que a sociedade vai querer, claro que muitos setores da sociedade vão querer, vão se entusiasmar, por exemplo, com a eletricidade, por exemplo, com agricultura irrigada, com a geração de emprego e renda, [...] mas o impacto disso, hoje a gente está discutindo muito isso sobre uma perspectiva ambiental, o impacto disso precisa ser pensado de uma maneira plural na sociedade.*

Esse é Elson Rabelo, historiador e pesquisador da temática. Ele explica como a implantação desses grandes empreendimentos não conta com os interesses das comunidades locais.

[BG de transição]

Na década de 1980, o debate sobre o meio ambiente no Brasil estava ganhando força à medida que o país passava por um intenso processo de industrialização. Nesse período, surgiram preocupações sobre os impactos ambientais dessas indústrias, com a chamada expansão da fronteira agrícola.

[Trecho de notícia - propaganda ProÁlcool - 0:13 - 0:34 / 0:53 - 1:14]

Esta é uma publicidade do ProÁlcool, iniciativa lançada pelo governo brasileiro em 1975, durante a crise do petróleo no regime militar.

Com a necessidade de encontrar novas fontes de energia, o governo investiu na construção de usinas de álcool e na produção de cana-de-açúcar, buscando reduzir a dependência do petróleo importado e impulsionar uma economia baseada no álcool combustível.

[Trecho da reportagem sobre ProÁlcool] 0:00 - 0:38

Só que junto com esse aumento veio um grande problema: a destinação do vinhoto, um líquido tóxico que sobra desse processo. Como cada litro de álcool produz cerca de 12 litros de vinhoto, o crescimento da produção deste resíduo foi frenético.

[Pausa breve para impacto]

Até o final dos anos 70, não havia regras claras para o descarte dessa substância. Desde os anos 40, ambientalistas e cientistas já alertavam sobre os riscos. E para onde ia boa parte do vinhoto? Para as chamadas “áreas de sacrifício” - rios e outros ambientes que acabavam destruídos e inutilizáveis.

[BG drama]

Em 1984, esse descaso acabou resultando no despejo de vinhoto no Rio São Francisco. O caso, considerado o maior desastre ambiental de toda sua história, trouxe à tona novamente o debate conflituoso entre desenvolvimento e preservação ambiental.

[Som de protestos - vozes e palavras de ordem]

A situação fortaleceu os movimentos sociais na região. Grupos organizados começaram a exigir que os responsáveis pagassem pelos danos ao rio e às pessoas que dependiam dele. A população se uniu, e a cidade foi tomada por protestos e manifestações.

Maíta: *Nesse dia, a ideia era que o pessoal de Petrolina viesse pela ponte, a gente subiria pelo lado de cá e se juntaria num abraço, como se as duas cidades abraçassem o rio, pelo que tinha acontecido.*

Você está ouvindo Maria Rita Assy, a Maíta. A apresentei no primeiro episódio deste podcast. Ela conta sua experiência com as manifestações contra o desastre de 1984, que resultou na criação do Movimento de Defesa do São Francisco. A ponte a qual ela se refere é a Ponte Presidente Dutra, construída na década de 1950, ligando os municípios de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia.

Maíta 0:20:02: *Quando as autoridades se deram conta, o povo já estava começando, já estava subindo. Eu só lembro de vereador vir correndo e tentar ficar na frente do movimento, porque, depois, nessas alturas, era melhor estar a favor do que contra. E teve um monte de*

cena engraçada de ver as autoridades mudando a história. [...] Era um movimento realmente de pura emoção, porque era velho, era menino, era gente dos matos, gente do interior, gente dos bairros e de todo lugar. [...] E foi muito convocado pela importância que o rio tinha.

[Som de gritos e protestos]

Esse desastre ambiental ocorreu em um momento crucial na história do Brasil: o país estava se redemocratizando e superando a ditadura militar. A mudança não foi apenas política; também envolveu conflitos entre diferentes grupos.

Omar Babá: *[...] porque nós estávamos já caminhando para o fim de um período ditatorial, [...] mas que ainda mantinha as garras muito bem afiadas, principalmente na Bahia, onde havia um governo de Antônio Carlos Magalhães absolutamente identificado com o autoritarismo, com a prepotência, com tudo isso.*

[BG tensão]

Elson: *Quando eu vi essa situação da primeira vez, eu fiquei chocado, eu fiquei “gente [...] a foto perturba, porque você vê os peixes mortos, imagine [...] cardumes inteiros mortos por vinhoto, na beira do rio, imagine essas duas cidades conviverem com esse fedor horrível. Imagine. Imagine isso, imagine para quem vive da pesca, quer dizer, é isso que eu tô falando... Quem é pescador, quem é que agricultor de vazante não vai sofrer o mesmo impacto do grande empresário ou das elites que estão... que não estão sofrendo esse mesmo impacto do desenvolvimento, o impacto negativo que o desenvolvimento traz para essas regiões e para esses grupos sociais.*

[BG pausa dramática]

Enquanto as cidades de Juazeiro, Curaçá e Petrolina tinham que lidar com os efeitos da tragédia, por todos os lados se via a indignação e o desespero das pessoas.

O fedor e a presença estranha de tantos peixes mortos mostravam não apenas a intoxicação do rio, mas também a desigualdade social que atinge essas regiões.

[Fade-out gradual]

Elson: *Então, por isso que hoje a gente questiona a ideia do desenvolvimento, porque esse desenvolvimento ele cobra, a natureza cobra um preço também por tudo que a natureza sofre*

em termos de exploração, [...]. Então, se você explora a água do rio, se você explora o solo, você contamina o solo, você contamina a água, se você contamina o ar, quer dizer, será que isso chega para todo mundo?

[BG transição para outro bloco]

As investigações oficiais sobre o despejo de vinhoto no Rio São Francisco envolveram principalmente a Codevasf e o governo da Bahia, com destaque para Waldeck Ornelas, secretário de planejamento na época. A Comissão de Proteção ao Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia também foi a Juazeiro para apurar o ocorrido.

Luiz Nova: *Eu acho que eles não tinham a ideia de que nós íamos para fazer um trabalho sério. Eles devem ter imaginado essas comissões de deputados, que vem aqui, olha o geral, olha o sofrimento que aconteceu e tal, e pronto. Mas só que nós tínhamos uma equipe muito boa de especialistas. Tinha engenheiro sanitário, tinha bioquímicos, tinha professor de biologia da UFBA. Então, nós formamos uma equipe muito competente.*

Esse é Luiz Nova. Ele era deputado estadual e o presidente responsável por conduzir a Comissão neste caso.

Luiz Nova: *E eu, como presidente da comissão, convidei os representantes das entidades ambientalistas para seguir com a gente. Como foi um impacto muito grande na televisão, na sociedade, naquela mortandade de peixe tão grande, então ninguém se posicionou contra convidar as entidades para ir com a gente.*

Esses movimentos tiveram um papel importante para mostrar esse caso para mais pessoas e pressionar o governo. Mas, mesmo assim, a resposta veio lenta e deixou muito a desejar.

Omar Babá: *18:56 Mas, para você ter uma ideia da força da política naquele tempo, como consequência desse evento, que nós nos mobilizamos para discutir isso [...] E nós conseguimos organizar um seminário em Juazeiro para discutir o tema com vários técnicos, pessoas do Brasil.*

A Codevasf, principal empresa do governo na região, esteve presente no seminário.

[BG drama - pausa impacto]

Omar Babá: 20: 40 *A Codevasf tinha um dos seus engenheiros de pesca. No seminário, ele defendeu que vinhoto não matava, vinhoto servia de alimento para os peixes. Quer dizer, um técnico tentando convencer uma população leiga de que o que causava morte, ao contrário, poderia causar vida.*

Com o negacionismo científico do representante da Codevasf, manifestações ganharam ainda mais força.

Maíta: *E era tão descarado, tão descarado o pouco caso, que era a olhos nus. Então não era preciso grandes investigações para você saber o tipo de coisa que estava acontecendo na cidade. Bastava você abrir os olhos e ver.*

Omar Babá: *Porque, como consequência, quando se cristalizou na sociedade a compreensão que, de fato, poderia ter sido a Agrovale, a grande responsável, e não havia como se culpar ninguém, se criou um movimento em defesa do Rio para que tivesse a sociedade informada e mobilizada. Porque, se um evento daquela magnitude que aconteceu uma vez, poderia acontecer outras.*

[BG de encerramento - arc of suspense 0N_23mip]

E agora, você deve estar se perguntando: quem foi responsável por esse despejo de vinhoto? Quais foram as consequências para as comunidades locais? E, mais importante ainda, o que será feito para reparar esses danos?

No próximo episódio, vamos aprofundar nas investigações e nas respostas oficiais sobre o desastre. Quer saber, né? Então, acompanhe.

[Mantém BG de encerramento]

VINHETA: *Você ouviu o podcast “A morte mancha as águas do Velho Chico”. Esta produção é resultado de um Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, da Universidade do Estado da Bahia, Campus Juazeiro. Roteiro, produção, pesquisa, edição, mixagem e apresentação por Glícia Barbosa. Supervisão de Geilson Fernandes.*

[Fade-out BG encerramento]

EP #03 - os desdobramentos

[BG de abertura: trilha instrumental “Midnight Landing Unfinished” + efeito de rádio antigo para leitura das manchetes]

Pronunciamento Deputado Domingos Leonelli, março de 1984: *“Câmara dos Deputados. Deputado Domingos Leonelli, PMDB-BA. Senhor Presidente, Senhores Deputados. O terrível desastre ecológico que assassinou parte do Rio São Francisco, na Bahia, não foi um mero acidente, nem um fato isolado. Foi um crime premeditado e inserido num amplo esquema de agressão à natureza em toda a região.”*

Em março de 1984, quando já estava se aproximando o processo de reabertura política, o deputado estadual Domingos Leonelli fez um pronunciamento marcante na Câmara dos Deputados da Bahia. Ele denunciava o despejo de vinhoto no rio São Francisco, caso que estamos explorando neste podcast, um crime ambiental que chocou a região.

[pausa com BG de ambientação leve]

Encontrei essa declaração em um documento raro no Acervo Dom José Rodrigues, em Juazeiro, junto com reportagens e outros registros da época. Leonelli não mediu palavras, mesmo sob a sombra do regime militar.

Em pronunciamento, o deputado Domingos Leonelli, afirmou que, abre aspas: [efeito de leitura] *“O Governo da Bahia não pode se limitar ao rigor contra uma empresa diretamente responsável pela criminoso descarga de vinhoto que matou 500 toneladas de peixes, numa região que passa fome”* [sai efeito de leitura] fecha aspas

A empresa no centro das acusações feitas pelo deputado é a Agroindústrias do Vale do São Francisco, ou, como ficou conhecida, Agrovale. Já mencionamos o nome dela nos episódios anteriores.

Diante das tantas vezes que essa empresa apareceu nas nossas investigações e nas diversas fontes que consultamos, decidimos ir atrás de um posicionamento oficial. E aí vem a pergunta: o que a Agrovale tem a dizer sobre isso? Acho que o que vem a seguir vai te deixar intrigado.

Vinheta: *Eu sou Glícia Barbosa e este é o terceiro e último episódio do podcast “A morte mancha as águas do Velho Chico”. Por aqui, nós já exploramos aquele que é considerado o maior desastre do Rio São Francisco, as histórias das pessoas afetadas, trechos de jornais da época, o contexto político e a luta pela punição dos responsáveis. Agora, nós vamos entender os danos causados ao ecossistema do rio e as lições que ficaram dessa tragédia ambiental.*

[BG original em fade-out]

Se você acompanhou os episódios anteriores, deve lembrar que esse caso gerou uma verdadeira enxurrada de informações desencontradas. Fontes oficiais acusavam uma empresa, órgãos ambientalistas apontavam outras, e a população, por sua vez, também tentava encontrar um culpado. Era um jogo de empurra empurra, em que ninguém parecia querer assumir o peso do desastre.

Mas tinha uma coisa em que todos concordavam: uma das grandes indústrias instaladas perto das cidades afetadas estava entre as principais suspeitas. Muitas teorias circularam, mas não demorou para que o caso começasse a ser desvendado.

[pausa breve com BG de ambientação de suspense]

Para entender melhor, eu conversei com o senhor Domingos, um pescador que conhece muito bem o rio e que vive no bairro Angari, uma comunidade ribeirinha tradicional de Juazeiro. Ele estava lá no dia do desastre e eu quis saber como ele descobriu de quem era a culpa.

Domingos me contou que, como pescador, conhecia bem a região e sabia que a Agrovale estava em fase de testes na época.

Domingos [17:15]: *[...] nós já tinha o conhecimento [...] e por causa da época de muita chuva e eles armazenavam os vinhoto em tanques, entendeu?! E lá onde tinham os testes, passam os riachos, [...] riacho que cai no rio São Francisco, [...] Que a chuvarada, esses tanque estouraram e vazou no riacho do Tourão, ali, que foi uma calamidade, até Curaçá [...] É... e como nós sabemos?! [...] Porque foi logo também que a Agrovale se instalou, eles não tinha assim uma organização, um armazenamento, né... para evitar esses tipos de coisas.*

[BG de transição]

No segundo episódio, eu mencionei como a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia teve um papel importante na investigação desse caso, certo? Pois bem, eu fui atrás do presidente da Comissão na época, o ex-deputado estadual Luiz Nova. Ele me mostrou o relatório oficial produzido pela equipe - e descobri nesse documento muito mais do que eu esperava.

[trilha de suspense inicia em fade-in]

[Som de passos]

Quando Luiz Nova e sua equipe chegaram a Juazeiro, eles já tinham um plano. Eles se dividiram em dois grupos: um seguiu de barco pelo rio São Francisco, checando as margens, enquanto o outro foi até a sede da Agrovale para ouvir a superintendência e realizar uma vistoria. Mas, como o próprio Luiz Nova me contou, a conversa com a superintendência foi superficial, cheia de rodeios.

Luiz Nova 0:09:25: *“Quando fomos para a superintendência, lá dentro da Agrovale, a conversa foi muito genérica ~~deles~~. E aí estávamos tudo bem e tal. Quando saímos, o pessoal falou: Luiz, isso aí não está dizendo nada, bora dar uma circulada aqui pelo campo para a gente ver se acham alguma coisa.”*

[voltar para trilha anterior com fade-in gradual]

Luiz Nova descreveu em detalhes como a equipe de técnicos encontrou as primeiras evidências de contaminação por vinhoto.

Luiz Nova 0:10:04: *“Quando a gente anda um pouco e encontra uma primeira barragem, nós não fomos nem à segunda, e essa primeira resolveu. A primeira coisa que chamou a atenção do pessoal, dos técnicos, é que tinha uma parte enorme de terra nova fechando a barragem. Aí o pessoal falou; ‘oh, isso aqui é rompimento de barragem.’”*

Eles seguiram as marcas deixadas pelo vinhoto na plantação e identificaram que o riacho, onde estava o tanque de contenção, desaguava diretamente no rio São Francisco. Mas, mesmo com essa grave descoberta, a punição à Agrovale ainda demoraria a chegar.

[Música dramática em fade-in]

A impunidade em desastres ambientais é um problema crônico no Brasil. Não estamos falando de eventos naturais, mas de tragédias que poderiam ter sido evitadas. Casos como os de Mariana e Brumadinho, e as queimadas no Pantanal, são exemplos de como o país é, digamos, ‘moderado’ quando se trata em punir os culpados por danos à natureza, além de demonstrar, infelizmente, que eles não ocorrem de maneira isolada.

Em 1984, a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, apontava, segundo artigo 4º, item VII, para aquele identificado como poluidor ou predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados. Mas, será que essas regras foram respeitadas?

[pausa dramática com BG sutil]

Omar 0:04:26: *A primeira questão foi a dificuldade, que nunca foi suficientemente concretizada do ponto de vista jurídico e legal, da imputabilidade da culpa Agrovale, por ser uma empresa com fortes ligações com o poder dominante, pela importância econômica, o próprio Estado se esforçou para encobrir ou negar a culpabilidade da Agrovale nesse desastre ecológico.*

Esse é Omar Babá, comunicador e ativista que lutou contra o despejo de vinhoto no rio São Francisco em 1984. Ele ajudou a cobrar por respostas e vivenciou a contrariedade no enredo dessa história.

Omar: 0:28:24 *“Se não determinaram a culpa para a Agrovale, também não puderam declarar inocente. Então, foi um jogo do poder econômico, e poder político e econômico, que determinou com que a coisa ficasse diluída no tempo. Por isso que eu digo, mas eu acho que hoje a sociedade toda... Se você perguntar a qualquer pessoa o que você acha que aconteceu, todo mundo acha que foi a Agrovale.”*

[Transição com BG original]

Você vai ouvir um trecho do relatório de investigação da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente, aquele que falei lá no início desse episódio.

Abre aspas

[Efeito para leitura]

“Como ficou comprovado com as denúncias feitas pela Comissão de Meio Ambiente, logo após sua viagem a Juazeiro, complementadas depois pela Secretaria de Planejamento do Estado e confirmado na série de sessões feita na Assembleia Legislativa com autoridades governamentais, prepostos dos vários órgãos envolvidos na investigação do fato, além da sessão com os próprios diretores da empresa culpada, a AGROVALE é a responsável pelo desastre ecológico do São Francisco.”

[sai efeito de leitura]

Fecha aspas

[Transição - pausa dramática]

[música mais intimista e instigante]

Nos anos seguintes, o silêncio tomou conta do caso. Luiz Nova lembra bem que a força política e econômica da Agrovale foi determinante para que o desastre ambiental fosse deixado de lado, quase apagado da memória pública.

[Trilha sonora representando silêncio abrupto, seguido da entrada do próximo depoimento]

Luiz Nova: 21:33: *“Nós tentamos ir ao prefeito, mas não tivemos chance, ou seja, não houve abertura para esse contato. Porque o esquema do Antônio Carlos era muito de cima para baixo, e acho que as lideranças locais ficaram com medo. [...] 0:22:12: “E tudo estava em silêncio. E é natural, Agrovale com a força que tinha e ainda tem, ela, logicamente, tinha um poder sobre as políticas locais muito grande.”*

Quer ouvir uma demonstração dessa força política que segue até hoje?

[BG batidas secas e tensas para ênfase]

A Agrovale, produtora de cana-de-açúcar, queima a palha da cana, espalhando as cinzas pelas cidades de Juazeiro e Petrolina, causando sujeira nas casas e o convívio das pessoas com a fumaça há mais de 50 anos.

Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, a justiça ordenou que a empresa parasse com a queima, pois isso deixava os moradores ainda mais vulneráveis a uma doença que compromete o sistema respiratório e se alastrava pelo mundo.

Em reportagem publicada pelo G1 Petrolina e região, foi noticiado, à época, que a justiça de Pernambuco, abre aspas, “*concedeu liminar favorável ao pedido do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para que a empresa Agrovale pare com a queima da palha da cana-de-açúcar*”, fecha aspas.

Mas, logo em seguida, a decisão foi derrubada pelo TJPE.

[Trilha de passagem com transição suave]

Com tantas menções à Agrovale como responsável pelo despejo do vinhoto, resolvi entrar em contato com a empresa. Tentei falar com um assessor, liguei várias vezes para pedir uma entrevista. Quando finalmente fui atendida, ele me passou o telefone de outro assessor.

Liguei para a fonte indicada e tivemos uma conversa tranquila, trocamos contatos, e ele me prometeu enviar um material que, segundo apontado, prova a inocência da Agrovale.

O material enviado foi uma edição do período de 17 a 22 de dezembro de 1984 do Jornal de Juazeiro. Na página 5, foi noticiado, abre aspas: [efeito leitura] “***Justiça comum inocenta Agrovale do desastre ecológico do São Francisco. O inquérito policial instaurado pelo CRA (Centro de Recursos Ambientais) contra a AGROVALE , tendo como objetivo apurar as causas do desastre ecológico no rio São Francisco ocorrido entre 15 e 16 de março último, foi arquivado pela 2ª Promotoria Pública da Comarca de Juazeiro, por falta de qualquer prova, mesmo indiciária, capaz de responsabilizar a empresa pelo episódio.***” [Sai efeito leitura] Fecha aspas.

A matéria, publicada nove meses após a tragédia, anuncia o arquivamento do caso por falta de provas contra a empresa. Isso ignorou completamente os esforços de profissionais e ambientalistas, documentados em 68 páginas do relatório da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente, que detalhou as causas do desastre.

[BG tensão]

Elson 34:10: “*Como se mata, de uma hora para outra, em poucas horas, 300 toneladas de peixes? Isso é surpreendente, quer dizer, [...], sobre os hábitos alimentares, sobre o que é a economia de uma região, o que que é a relação que as pessoas comuns têm com isso... Então, eu acho que é importante para nós que somos pesquisadores também nos afetarmos*

por essa relação com a natureza, com a economia, com os agentes sociais que trabalham, por exemplo, nessa lavoura.”

Essa voz é de Elson Rabelo, historiador e pesquisador do caso, destacando a gravidade do desastre.

[BG transição]

Mesmo com toda a tragédia, Omar Babá acredita que o desastre do vinhoto no rio São Francisco foi um grande alerta sobre a necessidade de cuidar melhor do meio ambiente. Mas, fica claro que temos um longo caminho pela frente.

Omar 0:32:26: *“Foi uma luta muito desigual, muito difícil. Eu diria só que a vitória que a gente conseguiu foi a de despertar na sociedade o interesse pelo conhecimento da coisa e a importância da luta pelo meio ambiente.”*

[Sobe BG de encerramento]

Em 2024, esse caso completou 40 anos e o desastre do vinhoto no rio São Francisco ainda não foi apagado da memória de algumas comunidades afetadas. Os efeitos dessa tragédia, considerada a maior de toda história do rio, reaparecem até hoje, seja como um trauma, uma revolta, ou aquele medo de que algo aconteça novamente.

Para quem vive do rio São Francisco, ele segue sendo um símbolo de vitalidade, força, acolhimento, pertencimento e sobrevivência.

Refletir sobre esse acontecimento, retomando as suas causas e consequências, é mais do que buscar lembrar ou fazer conhecer a história e os desafios daquele que é conhecido como o rio da integração nacional, o único 100% brasileiro. É acreditar que o conhecimento, em um país de memória tão curta, é essencial para que novos desastres não aconteçam.

VINHETA: *Você ouviu o podcast “A morte mancha as águas do Velho Chico”. Esta produção é resultado de um Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, da Universidade do Estado da Bahia, Campus Juazeiro. Roteiro, produção, pesquisa, edição, mixagem e apresentação por Glicia Barbosa. Supervisão de Geilson Fernandes.*

[BG final e encerramento em fade-out]

8.2 Roteiros das entrevistas

Morador/pescador

- Qual seu nome completo, idade, profissão?
- Como começou sua relação com o rio São Francisco? Como está hoje?
- O senhor se lembra de um episódio que ocorreu nos anos 1980...?
- Qual idade tinha na época?
- Como você viveu esse momento?
- O que você estava fazendo na hora que soube?
- Qual era sua relação com o rio naquela época?
- Você se lembra das imagens? Como você sentiu aquilo? Consegue descrever?
- Como ficou sabendo desse caso? (jornal impresso, rádio, boca-a-boca...)
- Aqui vocês continuaram bebendo água normalmente... usando o rio? Como foi?
- Ficou sem pescar?
- Eu li numa reportagem que morreu uma pessoa intoxicada. Você lembra de alguma coisa assim?
- Consegue dizer qual foi o prejuízo material pra você e pra comunidade? (se teve que parar de pescar, se ficou sem ter o que comer...)
- A imprensa procurou algum de vocês para falar?
- Você se lembra se alguém foi responsabilizado por isso? Qual a posição das autoridades na época?
- Como essa história terminou?
- E quando aconteceu recentemente a mortandade... como o senhor ficou sabendo? Qual foi o sentimento?
- Teve algum prejuízo para os pescadores daqui ou para o senhor?
- O que o senhor acha dessa história toda... desses acontecimentos?
- O que o senhor espera depois disso tudo?

Movimentos sociais/ativistas

- Nos conte um pouco da sua trajetória...

- E sobre Juazeiro, como era a atmosfera da cidade na época (descrever orla, juventude - o que gostavam de fazer, qual era o contexto político da cidade...)
- Qual idade tinha à época?
- Como era a jovem Maíta? Como gostava de se vestir... o que gostava de escutar?
- De onde veio o desejo de participar de movimentos sociais?
- Experiência com o episódio
- Como recebeu a notícia? Se lembra quais eram os principais jornais da região?
- O que estava fazendo na hora?
- Qual foi o sentimento?
- O que motivou a formação do movimento? Como se sentiram?
- Onde vocês se reuniam? Como era o local?
- Como foram as manifestações?
- Quais foram os efeitos dessas manifestações?
- O que ficou de lição dessa história?

Especialista/contexto histórico

Elson Rabelo

1. Apresentação do entrevistado
2. Qual sua relação com o rio São Francisco?
3. Você não é daqui, né? Como é e qual sua relação com Juazeiro?
4. Eu escolhi te entrevistar desde que li o artigo que mencionei, o “Imagens narrativas da catástrofe”. Acredito que a pesquisa conversa diretamente com meu objeto de estudo. Me conte, antes de tudo, como iniciou esse estudo?
5. [Aprofundar] E o que você considera como “Desenvolvimentismo”?
6. [Caso não mencione acima] Qual a relação dessa ideia com governos autoritários e como ela chega no semiárido, especialmente nesta região [Juazeiro e Petrolina]? Você até menciona a matéria da Revista Realidade, né... e a tal “Califórnia Brasileira”...
7. [Caso não aprofunde] O que essa “Califórnia brasileira” representa?
8. Como você acha que essa ideia, a do desenvolvimentismo, afeta as comunidades tradicionais?
9. E qual sua experiência em relação ao episódio do despejo de vinhoto no rio São Francisco, ocorrido em 1984?
10. Qual o papel dos movimentos populares em casos como esse?

11. A partir dos estudos que você fez, o que fica de lição disso tudo?

Luiz Nova

1. Apresentação do entrevistado - trajetória, o que fazia à época, atuação política...
2. Qual era o cenário político na Bahia à época?
3. Como a Comissão foi formada?
4. Como foi aquele dia [do evento]? O que estava fazendo? Como ficou sabendo?
5. Quando chegou a Juazeiro, qual era o cenário? Consegue descrever?
6. Quais foram os principais desafios enfrentados pela Comissão durante a investigação?
7. Houve uma intensa dispersão de informações. Como vocês lidaram com isso?
8. A Comissão contou com o apoio dos políticos da cidade?
9. Há alguma medida ou ação que a comissão pretendia tomar, mas não conseguiu?
10. O senhor se lembra qual foi a reação da comunidade local ou de organizações ambientais?
11. Você acredita que houve algum tipo de pressão política ou influência externa no processo?
12. Qual é a sua opinião pessoal sobre o desfecho do caso?
13. Qual seria o tratamento adequado a um evento dessa proporção?

8.3 Link do *podcast*

https://drive.google.com/drive/folders/1PBghAXHoU4g9Xmb8KggEb0w5p3KVI3Tr?usp=drive_link